

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO**

**GIOVANNA CORRÊA LANGELLA
LETÍCIA FRANCO TOMAZI**

ELAS NO PODER: mulheres na política de Campinas

**CAMPINAS
2022**

Giovanna Corrêa Langella
Letícia Franco Tomazi

ELAS NO PODER: Mulheres na política de Campinas

**Relatório Técnico apresentado à disciplina
ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO DE PROJETO
EXPERIMENTAL, da Faculdade de
Jornalismo, do Centro de Linguagem e
Comunicação, da PUC-CAMPINAS como
exigência final para aprovação na referida
disciplina, sob orientação da Profa. Dra.
Juliana Doretto**

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

324.3
L274e

Langella, Giovanna Corrêa

Elas no poder: as mulheres na política de Campinas / Giovanna Corrêa Langella, Letícia Franco Tomazi. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

64 f.: il.

Orientador: Juliana Doretto.

TCC (Bacharelado em Jornalismo) - Faculdade de Jornalismo, Centro de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Mulheres na política. 2. Jornalismo. 3. Política - Campinas (SP). I. Tomazi, Letícia Franco. II. Doretto, Juliana. III. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Linguagem e Comunicação. Faculdade de Jornalismo. IV. Título.

CDD - 22. ed. 324.3

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1	
1.1. Contextualização do tema e recorte jornalístico	4
1.2. Modalidade	7
1.3. Justificativa	8
1.4. Processo de apuração	9
1.5. Seleção de fontes	11
CAPÍTULO 2	
2.1. Desenvolvimento da produção	16
2.2. Processo de edição	20
2.3. Projeto/proposta de divulgação	23
2.4. Custos e gastos	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
ANEXOS	28

Introdução

O Projeto Experimental “ELAS NO PODER: Mulheres na política de Campinas”¹ é um produto jornalístico executado na modalidade ciberjornalismo, gênero reportagem multimídia longform. A produção está hospedada no seguinte endereço: <https://elasnopodercampinas.com.br/>. Nele, abordamos a participação feminina no cenário político de Campinas, em São Paulo. O objetivo é mostrar o que já foi conquistado pelas mulheres na gestão da cidade e o que ainda falta ser feito para tornar esse espaço de atuação pública cada vez mais igualitário. Dessa forma, propomos também uma reflexão sobre como o machismo se faz presente na política de Campinas e como deve ser combatido.

Para isso, nos aprofundamos em temáticas como o início das atividades das mulheres no Legislativo da cidade; as vereadoras no período de redemocratização pós-ditadura; o único momento em que o Executivo da cidade foi comandado por uma mulher; a tripla jornada vivenciada pelas mulheres políticas, com o cuidado com a casa e os filhos; e as dificuldades para eleger políticas na cidade. O público-alvo definido para o produto são homens e mulheres, jovens e adultos, moradores de Campinas e região. A escolha foi feita pois este público compõe ou irá compor em breve o eleitorado da cidade. Além disso, é importante que os homens também estejam conscientes da realidade das mulheres na política da cidade, para que entendam a urgência da luta pela igualdade de gênero nesse campo. Por meio dos recursos multimídia, que incluem texto, fotos, vídeos, áudios e infográficos, buscamos que esse público receba as informações de forma clara e interativa. Com o formato longform, que consiste em textos jornalísticos multimídia longos, com dados aprofundados, objetivamos o desenvolvimento de uma grande reportagem, que possa abordar vários aspectos da pauta escolhida.

Neste Relatório Técnico serão explicados de forma mais aprofundada o tema do projeto, com sua contextualização e recorte jornalístico e as razões para a sua seleção; a definição e características da modalidade e gênero escolhidos; e os detalhes do processo de apuração das informações coletadas para o trabalho; além da apresentação de todas as fontes - especialistas e personagens - que compuseram a reportagem multimídia longform.

¹ “ELAS NO PODER” é escrito em caixa alta como uma maneira de padronizar a identidade visual do Projeto Experimental, já que optamos por essa escrita na reportagem multimídia.

CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO DO TEMA E DA MODALIDADE

1.1. Contextualização do tema e recorte jornalístico

O primeiro Código Eleitoral (Decreto nº 21.076)², promulgado em 1932 por Getúlio Vargas, que completa 90 anos em 2022, estabeleceu o voto secreto, o sistema de representação proporcional e a criação da Justiça Eleitoral, que garantiu às mulheres acima de 21 anos os direitos de votar e serem votadas em todo Brasil. Posteriormente incluídos na segunda Constituição da República, de 1934, esses direitos políticos, chamados de ativos e passivos, foram assegurados às mulheres após pressão e mobilização por parte de movimentos sufragistas da época, e se constituem como:

Os direitos políticos podem ser divididos em ativos e passivos. Ativos são aqueles que consistem no direito-dever de o cidadão escolher livremente seus candidatos nos pleitos eleitorais, participar de plebiscitos e referendos e emitir sua opinião em todas as possibilidades propiciadas pelo espaço público. Passivos são aqueles que se configuram no direito de o candidato poder receber o voto de seus concidadãos (VELLOSO; AGRA, 2020).

Dados da Justiça Eleitoral³ mostram que 52,50% do eleitorado nos pleitos nacional de 2018 e municipal de 2020 são mulheres. Mesmo o público feminino sendo maioria na votação popular — enquanto elas representam 53% dos eleitores, os homens são 47% —, elas são minoria nos cargos políticos, representando 15,80% dos eleitos em 2020 e 16,11% no ano de 2018. Desde o início da participação feminina na política, Dilma Rousseff foi a primeira e única mulher eleita para a Presidência do Brasil, em 2010. Reeleita em 2014, foi deposta em 2016.

Há na legislação medidas para garantir e incentivar a participação das mulheres na política e aumentar a sua inserção. Em 2009, a Lei nº 12.034 (primeira minirreforma eleitoral) estabeleceu que cada partido ou coligação deve preencher no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo. Na esfera de campanhas políticas, a Lei nº 13.165, de 2015, determinou que as legendas utilizassem 20% do tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV para incentivar a participação feminina.

² Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

³ Disponível em: <<https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

Apesar das leis, o cenário ainda é de baixa representatividade, ou até mesmo de exclusão das mulheres na política, preconceito e discriminação. Segundo a pesquisa Políticas de Saia, feita pelo Instituto Política de Saia em parceria com o Projeto Justiceiras e publicado na revista Claudia⁴, mais da metade das mais de 1.390 mulheres entrevistadas (51%) passaram por situações de violência e/ou discriminação sendo eleitoras, tendo suas opiniões e ideologias desacreditadas, ou em exercício do mandato.

Isso ocorre porque a mulher que participa de forma ativa na política sofre preconceito e machismo. Como os homens já estão habituados a ocupar a maior parte dos espaços de poder, as mulheres são impedidas de expor suas opiniões e vontades, ou coagidas a não o fazer, em uma tentativa de silenciamento. Para combater isso, em agosto de 2021, o Poder Executivo Federal sancionou a Lei 14.192/21, que visa combater a violência política contra a mulher no período eleitoral e no exercício das funções públicas. A legislação engloba violência psicológica, sexual, patrimonial e moral, considerando violência política qualquer ação que tenha finalidade de impedir ou restringir os direitos políticos femininos.

Esse contexto nos moveu a, neste trabalho, termos como objeto da produção jornalística o papel das mulheres que fizeram e fazem parte da história do Legislativo e Executivo de Campinas, cidade em que está a universidade que abriga este projeto e onde vivem suas integrantes. O município espelha a realidade nacional: em 225 de história da Câmara Municipal, somente 18 mulheres foram vereadoras. Até hoje, nenhuma mulher foi eleita diretamente para o cargo de prefeito; apenas Izalene Tiene administrou o Executivo entre os anos de 2001 e 2004, após a morte de Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT.

Apesar disso, Campinas vive um momento histórico e promissor para as mulheres na Câmara, pois o mandato de 2021 a 2024 conta com quatro mulheres entre os 33 vereadores, configurando-se como o recorde de vereadoras nesse espaço, ultrapassando a gestão de 1989, que teve três mulheres. Além disso, a vereadora Mariana Conti (PSOL) foi a mais votada nas eleições de 2020, sendo a

⁴ Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/politica-poder/mulheres-politica-preconceito/>>. Acesso em: 18 abril 2022.

primeira a presidir uma sessão de posse, e a vereadora Débora Palermo (PSC) foi a primeira mulher a ser vice-presidente e presidente da Casa.

Mesmo com esses avanços, como se vê, o cenário político em Campinas é marcado também por preconceitos, mais um reflexo do cenário do país. As antigas e atuais vereadoras relatam casos de machismo, sexismo e outras agressões durante o exercício do mandato. Em 2021, por exemplo, a vereadora Paolla Miguel (PT) sofreu racismo enquanto discursava sobre projeto voltado para a comunidade negra em sessão da Câmara⁵.

Em razão dessa conjuntura, nosso projeto tem o objetivo de retratar a participação feminina na política da cidade, levando em conta o papel dessas mulheres como vereadoras e prefeita, traçando um panorama histórico sobre as mulheres na gestão municipal e levantando a discussão em torno das suas dificuldades e conquistas. Queremos ainda debater sobre as possíveis formas para aumentar essa participação.

Dessa forma, o recorte jornalístico se constitui na investigação e compreensão da história feminina na política municipal, a partir do marco dos 90 anos da conquista do direito à participação feminina na política nacional, mas também das últimas eleições, ocorridas em 2022, proporcionando assim vínculo do projeto com a atualidade: “O material jornalístico caracteriza-se, em tese, por sua *atualidade*, universalidade, periodicidade (durabilidade limitada) e difusão” (LAGE, 2001, p. 50). O enfoque jornalístico se dá na coleta de relatos e na pesquisa de informações sobre fatos ligados aos obstáculos à participação das mulheres na política municipal de Campinas, bem como as conquistas dessas figuras públicas.

Para isso, abordamos assuntos como as mulheres pioneiras na política de Campinas e o início da participação feminina na gestão da cidade; as vereadoras que participaram da redemocratização, após a ditadura militar; o machismo, racismo e conservadorismo no cenário político; a importância do ativismo no mandato atual; a resistência interna dos partidos em relação a mulheres; a maternidade, a vida pessoal e a política; a única gestão feminina no Poder Executivo de Campinas; e a estrutura física do Legislativo campineiro, mostrando como esse espaço não acolhe as mulheres. As fontes ouvidas são atuais e antigas vereadoras, a ex-prefeita de Campinas, Izalene Tiene, e especialistas do campo das ciências políticas e sociais e

⁵ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/vereadora-e-chamada-de-preta-lixo-na-camara-de-campinas/>. Acesso em: 24 nov. 2022

da comunicação, que comentam o cenário municipal e aspectos determinantes para a participação das mulheres na política de Campinas.

As temáticas abordadas no produto atendem ao interesse do público-alvo definido para o projeto, que é amplo, pois se entende que se trata de pauta relevante para o cenário regional: homens e mulheres, jovens e adultos, moradores de Campinas e região. O ciberjornalismo, e, nesse caso, a reportagem multimídia longform foi escolhido como gênero e modalidade para a difusão do tema para esse público, sobre os quais falaremos a seguir:

1.2. Modalidade

Este trabalho foi desenvolvido na modalidade ciberjornalismo, no gênero reportagem multimídia longform. O ciberjornalismo consiste na prática de produção online de conteúdo jornalístico, aproveitando-se da estrutura da internet, tendo sido responsável por diversas transformações e adaptações na profissão. “Uma notícia tem os mesmos fundamentos em qualquer plataforma de veiculação de conteúdo, mas se estabelecem diferenciações na compreensão no ciberespaço como instrumento eficaz de informação” (BOZZA, 2018, p. 47).

Durante a definição da modalidade, foi necessário compreender o grau de profundidade que gostaríamos de dar ao produto.

Notícia e informação jornalística contêm, em geral, graus diferentes de profundidade no trato do assunto; a notícia é mais breve, sumária, pouco durável, presa à emergência do evento que a gerou. A informação é mais extensa, mais completa, mais rica na trama de relações entre os universos de dados (LAGE, 2001, p.50).

Portanto, devido à abrangência e complexidade da pauta, determinamos como gênero a reportagem, que busca difundir a informação jornalística, como vimos acima: a reportagem é uma notícia ampliada que explora todas as possibilidades de um acontecimento. (KINDERMANN, 2003, p. 354). O formato é o multimídia — em que o material jornalístico correlaciona texto, fotos, vídeos, áudios e infográficos para trazer diferentes interfaces do tema, de forma articulada e clara — e longform, que consiste em textos jornalísticos longos e densos, com divisões que formam uma única narrativa, ou seja, uma grande reportagem. Nesse modelo, como se vê, a apuração precisa ser mais aprofundada, exigindo mais tempo e contextualização de informações.

O material longform geralmente é dividido em capítulos e tem um design mais elaborado. Fisher (2013) descreve: “numa definição mais apurada, longform diz respeito a: 1) nível mais aprofundado de relato, que vai além do padrão cotidiano da produção jornalística e 2) narrativas atraentes, frequentemente com elementos multimídia, que realçam o artigo.”

Outros fatores também influenciaram para a escolha do gênero e da modalidade; entre eles, a familiaridade do público-alvo — homens e mulheres, jovens e adultos, moradores de Campinas e região — com a tecnologia e o meio online, e o fato de a internet ter se consolidado como um espaço forte de disseminação de informações e participação social.

1.3. Justificativa

O ano de 2022 foi marcado pelos 90 anos do voto feminino e pelas eleições federais e estaduais. Nesse pleito, as mulheres aumentaram em 18,18% sua participação no Congresso Nacional. Apesar do avanço, que pode ser atribuído à ascensão de lutas feministas na sociedade brasileira, ainda há muita discrepância entre os homens e as mulheres nesse espaço de poder, como temos visto neste relatório.

De acordo com a pesquisa Políticas de Saia, as mulheres brasileiras gostam da política e estão dispostas a participar de forma mais ativa da vida pública, seja regional, seja nacionalmente. No entanto, a falta de apoio partidário e de informações sobre política foram apontadas como obstáculos a esse movimento.

Por conta desse cenário, identifica-se a relevância de debater a participação das mulheres na política municipal de Campinas, esfera de gestão cuja realidade é mais próxima do grupo. Embora as eleições não tenham acontecido no Poder municipal, o pleito deste ano se relacionou diretamente com a cidade; entre os motivos, estão as candidaturas das atuais vereadoras Mariana Conti (PSOL) e Paolla Miguel (PT) à Assembleia estadual de São Paulo, e das ex-vereadoras Delegada Teresinha e Célia Leão a deputada federal. Nenhuma delas foi eleita.

Para Miguel e Biroli (2010), a sub-representação das mulheres nas esferas do poder político é compreendida como um problema a ser enfrentado. Portanto, é pertinente fomentar esse debate político e social, ainda mais em um momento em que a luta pelos direitos das mulheres, inclusive na política, vem ganhando força.

Para disseminar e promover essa discussão na sociedade, entendemos o meio digital como o espaço mais adequado, visto que, segundo Ferrari (2016), a internet é um espaço privilegiado para discussões sobre temas de relevância social, devido às possibilidades de interação entre públicos diferentes e do debate de assuntos de interesse geral. Como nosso público-alvo são homens e mulheres, jovens e adultos, moradores de Campinas, entendemos que boa parte deles tem acesso à internet, e podem, assim, encontrar o nosso conteúdo. No Brasil, 79,9% da população é ativa em redes sociais⁶. Assim, desenvolvemos este projeto no gênero do jornalismo digital, por meio de uma reportagem que contém recursos que vão além do texto, como infográfico, vídeos e áudios, para maior abrangência da pauta, configurando-se como multimídia, e no formato longform, como exposto acima.

1.4. Processo de apuração

No início do primeiro semestre letivo de 2022, iniciamos pesquisas para executar um trabalho sobre os 90 anos do voto feminino — comemorado neste ano —, trazendo também a atualidade das eleições nacionais de 2022. O recorte inicial englobava toda a Região Metropolitana de Campinas (RMC). Após coleta de dados e análises sobre a participação feminina na política de todas as cidades que compõem a região, percebemos que seria muito difícil explorar todos os cenários, por conta da grande quantidade de pessoas envolvidas. Por isso, recortamos o foco do projeto para a cidade de Campinas, única metrópole do país que não é uma capital estadual⁷.

Com essa definição, começamos a amadurecer a ideia, coletando informações sobre a política da cidade, mas priorizando a participação feminina. Nesse processo, foi possível observar a necessidade de criar um produto jornalístico que abordasse a difícil realidade das mulheres que têm ou tiveram atividade política em Campinas.

Sob orientação do professor responsável, Marcel Cheida, ainda no primeiro semestre selecionamos alguns materiais que serviram como bibliografia básica para definirmos detalhes do projeto e apresentarmos uma proposta, que foi apontada como viável pela banca avaliadora, mostrando nossos objetivos e escolhas para a execução do produto. Nessa base bibliográfica, obtivemos informações de apoio sobre diversos

⁶ Disponível em: < <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/estatisticas-redes-sociais/#:~:text=Estat%C3%ADsticas%20gerais%20de%20Redes%20Sociais,usu%C3%A1rios%20de%202021%20para%202022>> Acesso em: 24 nov 2022.

⁷ Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/IBGE-classifica-Campinas-como-uma-das-15-metropoles-brasileiras-20200625-0025.html>>. Acesso em: 24 nov 2022.

temas, tanto sobre a modalidade e gênero escolhidos (ciberjornalismo, reportagem multimídia longform) quanto sobre o tema em si — mulheres na política. Foram incluídos artigos, pesquisas e reportagens sobre legislação; política de gênero; machismo na política de Campinas; dados sobre participação feminina na política e preconceito e discriminação no meio.

Ao longo desse processo, começamos também a definir quem seriam nossas fontes para a construção da web-reportagem. Definimos que seria importante conversarmos com todas as mulheres que já foram ou são vereadoras na cidade (18 ao todo, 14 vivas). Para contextualizar o cenário atual da política em Campinas, contatamos as quatro vereadoras do mandato atual (2021-2024). Falamos também com mulheres que já foram vereadoras em algum momento da história; dez ao todo. Não tivemos retorno de três delas e uma outra atuou por apenas um mês, como suplente em 2004; então, definimos não a incluir. Assim, conseguimos confirmar a participação de seis delas na pauta. Entre o final do mês de março e maio de 2022, fizemos pré-entrevistas com todas as personagens incluídas neste parágrafo.

Nesse processo, contamos com a ajuda dos professores Gilberto Roldão e Artur Vasconcellos, que nos enviaram os telefones das ex-vereadoras Ester Viana e Célia Leão e da ex-prefeita Izalene Tiene — através dela, conseguimos o contato das ex-vereadoras Vanda Russo e Maria José.

Assim, ouvimos, em pré-entrevistas, Mariana Conti (2017-2024), Débora Palermo (2021-2024), Paolla Miguel (2021-2024) e Guida Calixto (2021-2024), atuais vereadoras, e com Vanda Russo (1989-1992), Ester Viana (1997-2000), Terezinha de Carvalho (2001-2008) e Marcela Moreira (2005-2008), que já atuaram na Câmara. Fizemos uma pré-entrevista também com Izalene Tiene, única mulher a comandar o poder Executivo na cidade, no início dos anos 2000. Ela foi definida como uma das participações mais importantes para o projeto.

Foi utilizado ainda material de arquivo, principalmente na pauta que envolveu as ex-vereadoras de Campinas já falecidas. São elas: Vera Pinto Telles (1948-1951), Sílvia Simões Magro (1948-1951), Enéa Caldatto Raphaelli (1969-1972) e Clara de Oliveira (1973-1976). Entre as três vereadoras que não retornaram o contato para participação estão Arita Pettená (1989-1992), Leonice da Paz (2005-2008) e Neusa do São João (2013-2016).

Já no segundo semestre, executando a etapa de entrevistas, conversamos novamente com todas as políticas mencionadas acima, além de Célia Leão (1989-

1992) e Maria José Cunha (2001-2004). Esse contato posterior se deu, pois essas personagens não retornaram nosso contato para pré-entrevista no primeiro semestre; sendo assim, foi possível coletar os relatos delas apenas no segundo período de desenvolvimento do projeto.

Também procuramos especialistas nas áreas de história, sociologia, direito e comunicação para contribuir com o projeto, explicando-nos sobre a história da política na cidade, sobre o funcionamento do sistema eleitoral e sobre a participação feminina na política, desde o início até os tempos atuais. Vale destacar que solicitamos a colaboração de especialistas da Unicamp por meio da assessoria de imprensa e de outros meios de contato, porém todos se recusaram a participar do projeto.

Outro ponto importante é que priorizamos especialistas mulheres, pois consideramos importante inserir vozes femininas para abordar o tema, pertinente a essa população. O único especialista homem é o professor de direito eleitoral Luis Cortez, visto que não encontramos uma profissional que dominasse a área como ele, solícito desde o primeiro momento. Ele foi ouvido ainda na fase de pré-entrevistas, assim como a socióloga e professora da PUC Campinas Stela Godoi. Esses diálogos foram fundamentais para a seleção das fontes ouvidas na reportagem posteriormente, que listamos a seguir.

1.5. Seleção de fontes

Segundo Schmitz (2011), as fontes deste projeto pertencem a categoria primária, quando nos referimos às chamadas “personagens”, no jargão jornalístico, que estão na origem da informação, e a secundária, na qual se encaixam os especialistas que irão contextualizar alguns fatos levantados durante o processo de apuração.

Ainda na pré-apuração, realizamos pré-entrevistas com os professores da PUC-Campinas, Luis Cortez, de Direito Eleitoral, e a socióloga Stela Godoi, após conseguirmos contato por meio da própria universidade. Já entre julho e agosto, marcamos entrevistas com quatro fontes especialistas em comunicação e política indicadas pela professora orientadora e, por fim, entrevistamos também uma socióloga de Campinas, com a ajuda do professor Gilberto Roldão.

Abaixo, apresentamos as fontes selecionadas e as justificativas para as respectivas participações.

Personagens:

Izalene Tiene

Assistente social, Tiene foi prefeita de Campinas pelo PT entre os anos de 2001 e 2004, após o assassinato do então prefeito Toninho. A participação dela foi considerada essencial, visto que se trata da única mulher a comandar o Executivo na cidade.

Célia Leão

Vereadora do PSDB entre os anos de 1989 e 1992. Teve sete mandatos como deputada estadual e foi uma das fundadoras do PSDB em Campinas. Escolhida por ter sido a única parlamentar com deficiência no município e no mandato pós-ditadura (época em que tinha havido participação recorde de vereadoras na Câmara até 2021, quando 4 foram eleitas), além de já ter concorrido à cadeira do Executivo campineiro.

Vanda Russo

Primeira vereadora mulher do PT em Campinas, Vanda foi eleita em 1989 e teve papel importante na luta pelos direitos das mulheres na cidade. Entre suas contribuições, podemos mencionar a presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, representando a Câmara Municipal de Campinas.

Ester Viana

Vereadora pelo PSDB entre os anos de 1997 e 2000, Ester foi Secretária Municipal de Ação Regional e Diretora de Promoção Social em Campinas. Seguimos com a participação dela, pois foi a única mulher durante a gestão de 1997, além de ter concorrido como vice-prefeita em 2000.

Maria José da Silva Cunha

Eleita pelo PT no ano de 2000, ela foi a primeira mulher negra a ocupar o cargo de vereadora na cidade e vivenciou de perto a gestão de Izalene Tiene. Esses fatores, portanto, justificam a escolha dela como fonte.

Teresinha de Carvalho

Uma das duas vereadoras a se reelegeram na cidade, Delegada Teresinha ocupou a cadeira do legislativo pelo PTB entre os anos de 2001 e 2004 e 2005 e 2008. Além disso, ela foi escolhida por ser a primeira mulher titular da 1ª Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas. Ativista pelo fim da violência contra a mulher, disputou recentemente a Prefeitura e a Câmara dos Deputados.

Marcela Moreira

Vereadora pelo PSOL entre os anos de 2005 e 2008, sua militância política começou no movimento estudantil e foi eleita ainda com 24 anos. Aqui, é importante ressaltar que decidimos usar somente a pré-entrevista, porque temos outras personagens com o mesmo perfil e porque a conversa inicial já foi bastante proveitosa.

Mariana Conti

Eleita vereadora pelo PSOL primeira vez em 2016, Mariana se reelegeu em 2020 e ocupa atualmente uma cadeira na Câmara, tendo um papel importante na luta por direitos humanos. Ela foi a vereadora mais votada na cidade na última eleição e a primeira mulher a presidir a sessão de posse; além disso, disputou uma vaga como deputada estadual em 2002.

Débora Palermo

Atual vereadora pelo PSC, Débora foi a primeira mulher vice-presidente e presidente da Câmara dos Vereadores de Campinas. Decidimos pela sua participação por conta desses recordes e pelo perfil mais conservador na luta pelos direitos das mulheres.

Guida Calixto

Vereadora do PT no mandato atual, é uma das três mulheres negras a ocupar uma cadeira no legislativo. Atuante na luta por causas ligadas às mulheres, à população negra e à educação, a monitora infantil sofreu violência política de gênero durante o mandato.

Paolla Miguel

Atual vereadora pelo PT em Campinas, a engenheira foi eleita com uma proposta política progressista e em defesa das reivindicações do movimento negro e

da comunidade LGBTQIA+. Denunciou casos de injúria racial e machismo na Câmara em 2021.

Fontes especialistas:

Camilla Tavares

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a jornalista e professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/Imperatriz) foi selecionada para abordar a comunicação na política, falando ainda sobre as diferenças entre os gêneros na cobertura jornalística e nas estratégias de campanha de mulheres e homens.

Glauce Cunha

Graduada em Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp) e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Linguagens, Mídia e Arte Pela PUC-Campinas, escolhemos a comunicadora para participar do projeto, pois é autora de uma tese de mestrado sobre o racismo contra mulheres negras que ocupam espaços de poder.

Luciana Panke

Doutora em Ciências da Comunicação com pós-doutorado em Comunicação Política pela Universidad Autónoma Metropolitana, Panke é reconhecida nacional e internacionalmente por pesquisas sobre a presença da mulher no marketing político, sendo eleita uma das 12 mulheres mais influentes da comunicação política pela The Washington Academy of Political Arts & Sciences (EUA).

Stela Godoi

Graduada em Ciências Econômicas pela Unesp, Stela é mestre e doutora em Sociologia pela Unicamp. Atualmente é professora e extensionista da PUC-Campinas e coordena o Projeto ARTiculadas, desenvolvendo ações junto às mulheres beneficiadas por políticas públicas de Assistência Social na RMC. Escolhida para falar sobre diversos aspectos da presença feminina na política na cidade.

Luís Cortez

Formado em Direito pela USP e em Administração pela Fundação Getúlio Vargas, também tem mestrado em Direito pela Universidade de Lisboa e doutorado em Direito do Estado pela USP. Foi escolhido para o projeto, pois atua como professor titular da PUC-Campinas, inclusive na disciplina de Direito Eleitoral, e também é colaborador do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais e professor da Escola Paulista da Magistratura e Desembargador - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Doraci Lopes

Graduada em sociologia pela Unicamp, Doraci é mestre pela mesma universidade e doutora pela USP nessa área. Professora titular apresentada pela PUC-Campinas, ela atua na vice-presidência do PT em Campinas e participa da Marcha Mundial das Mulheres na cidade. Escolhemos a especialista para contextualizar o cenário da política local e falar das conquistas e dificuldades das mulheres.

Claudia Nonato

Mestre em e doutora em Ciências da Comunicação pela USP, a jornalista atua como pesquisadora nas áreas de jornalismo, comunicação popular e liberdade de expressão. Além disso, Claudia, também como mulher negra, foi selecionada para falar a respeito do machismo e racismo presentes na comunicação e na política.

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

2.1. Desenvolvimento da produção

Como dito, as pré-entrevistas realizadas por chamada de vídeo e ligação telefônica com nove personagens e dois estudiosos ainda no primeiro semestre nos ajudaram a selecionar os temas mais importantes a serem tratados na reportagem. No início de julho de 2022, definimos a estrutura da reportagem junto com a professora orientadora. Uma parte das pautas buscou reconstruir a linha do tempo da participação das mulheres na vida política na cidade, abordando os seguintes temas: vereadoras pioneiras; políticas que atuaram na redemocratização, pós-ditadura; os mandatos anos 2000; a gestão do Executivo comandado por uma mulher; e o ativismo que marca o mandato atual. Além disso, buscamos também realizar pautas que debatem aspectos importantes do trabalho político das mulheres. A saber: as dificuldades enfrentadas por elas para se eleger; a tripla jornada, ou seja, a pressão social para o cuidado com a família e com os filhos, além da vida pública; a estrutura física da Câmara, que durante a apuração revelou ser um espaço voltado sobretudo para os homens; e o que ainda falta para aumentar a participação feminina na política da cidade.

Também pensamos no texto de abertura da reportagem e nos recursos multimídia que seriam acionados para cada pauta, de acordo com os dados revelados pela apuração — ou seja, em quais faríamos uso de infográficos, vídeos, podcasts e imagens, fazendo a escolha conforme as abordagens previstas em cada pauta. Cada uma dessas produções compôs uma divisão de nossa reportagem longform.

Com isso, começamos a entrar em contato com as fontes para marcar as entrevistas, que ocorreram entre o final de julho e o início de setembro. Optamos por realizar as entrevistas com os especialistas em comunicação, política, sociologia e direito por chamada de vídeo, o que nos possibilitou a encontrar fontes de outros lugares além de Campinas, como pesquisadores especializados em minorias políticas; no racismo contra políticas negras; e na relação entre comunicação e política, conforme descrito acima.

A primeira entrevista do projeto foi com a jornalista e mestre em ciências sociais Camilla Tavares, que ocorreu em 16 de julho. Ela foi indicada pela professora orientadora para abordar aspectos da representatividade da política mulher na

imprensa e como isso interfere nos espaços de poder. Como a conversa online correu bem, resolvemos manter a decisão de fazer essas entrevistas online. Ainda que a captação de imagem e som nem sempre tenha boa qualidade, por conta de erros na conexão, entendemos que isso não seria um problema, pois os elementos visuais da reportagem estariam centrados nas mulheres políticas. Vale destacar que, com a colaboração da professora, fizemos um roteiro prévio de perguntas para os especialistas de acordo com a especialidade e com as pautas em que eles participariam.

Conseguimos realizar a maioria das entrevistas com os especialistas até agosto, pois o bate-papo remoto possibilitava maior flexibilidade de horários dos entrevistados. Apenas três dessas entrevistas foram realizadas em setembro, pois algumas fontes, como Luciana Panke, Claudia Nonato e Doraci Lopes, surgiram já em agosto, após sentirmos falta de falas sobre pontos específicos.

Num primeiro momento, conversamos com comunicadora Glauce Cunha, autora de uma dissertação de mestrado sobre os preconceitos sofridos por Marina Silva, indicada pela professora orientadora, para abordar os aspectos do racismo contra as mulheres negras em cargos eletivos. Apesar da entrevista ter sido produtiva, sentimos falta da presença de uma especialista negra para comentar esse cenário e, com isso, solicitamos a participação da jornalista e pesquisadora Claudia Nonato, que também foi recomendada pela orientadora.

Outro caso semelhante foi com a socióloga Doraci Lopes, que teve a participação solicitada depois de observarmos que havia apenas a professora da PUC-Campinas Stela Godoi como fonte para explicar e avaliar o envolvimento das mulheres na política de Campinas desde o seu início. A entrevista da Doraci foi feita no começo de setembro, após indicação do professor Gilberto Roldão.

As entrevistas presenciais com as personagens começaram em agosto, e, assim como para os especialistas, elaboramos um roteiro de pontos importantes a serem abordados durante as gravações, que optamos por fazer com nossos próprios recursos (celulares e tripé) em praticamente todos os encontros, buscando, sempre que possível, utilizar duas câmeras. Só contamos com o apoio de um cinegrafista do Labis quando entrevistamos a ex-prefeita Izalene Tiene, visto que a pauta do Executivo era vital ao projeto e foi pensada para ser executada totalmente em formato de vídeo, de modo a ser um dos destaques na narrativa jornalística.

Nesse sentido, as nossas primeiras fontes foram as vereadoras do PT Guida Calixto e Paolla Miguel, que entrevistamos em seus respectivos gabinetes. Apesar das orientações do Labis e da orientadora, tivemos algumas dificuldades em relação à filmagem, não enquadrando as mãos delas em certos momentos e deixando o vídeo com ângulo mais lateral do que o necessário. Vale lembrar que tivemos a maioria das disciplinas que se voltam ao audiovisual durante o período de pandemia e não conseguimos nos aprofundar devidamente nessas técnicas. O ambiente dos gabinetes, bastante estreitos, também dificultaram a captação de outros ângulos. Mesmo assim, identificamos esses pequenos erros e tentamos melhorar para as próximas.

Não tivemos grandes empecilhos para marcar as entrevistas com as fontes: a maioria foi solícita em participar do projeto e realizamos as conversas nas casas delas, gabinetes ou locais em que trabalham ou atuam, como no caso da ex-vereadora Vanda Russo e da ex-prefeita Izalene, que pediram para serem ouvidas no Centro Pio XII, onde executam ações como voluntárias. Enfrentamos um pouco mais de dificuldade apenas para agendar as entrevistas com a vereadora Mariana Conti e as ex-vereadoras Maria José e Célia Leão: os obstáculos envolveram a falta de retorno das ex-vereadoras, e por isso foi necessário insistir no encontro, com muita frequência, mas acabou dando certo. Por conta disso, tivemos de realizar a entrevista online com a Célia, pois ela mora em São Paulo e estava com a agenda cheia em razão de sua candidatura como deputada estadual. Já a gravação presencial com Mariana ocorreu ainda em agosto, mas de forma rápida, durante o intervalo de uma sessão da Câmara, porque ela não tinha mais opções de horário e seria inviável entrevistá-la depois do início da campanha eleitoral, em 16 de agosto, já que ela concorreu uma vaga para a Alesp.

Com a finalização de todas as entrevistas, dividimos igualmente as pautas para cada aluna e conseqüentemente as decupagens das entrevistas. Porém, mesmo com essa divisão, contamos com a ajuda uma da outra em certos momentos. Nessa fase da produção, percebemos que muitas personagens e até especialistas divagaram bastante durante as respostas e, apesar de termos conseguido boas falas, esse fator trouxe dificuldade para selecionar os trechos a serem utilizados nos vídeos e podcasts. Além disso, foi nesse período em que sentimos a necessidade de mais informações de algumas personagens, como na construção da matéria de tripla jornada, em que tivemos de fazer perguntas no WhatsApp ou via assessoria para as

parlamentares que não eram mães. Nesse caso, percebemos que seria redutor abordar os desafios enfrentados pelas mulheres na vida pessoal apenas se fossem mães, como havíamos pensado inicialmente, e por isso ampliamos a abordagem. Isso também aconteceu em casos de checagem de informações dadas por ela, porque, na escrita do texto ou na sua leitura, pela orientadora, percebemos que o ponto não havia ficado ficou claro. Por isso, pedimos confirmações e explicações para a vereadora Paolla Miguel e para a ex-prefeita Izalene Tiene.

De acordo com o calendário de entregas, definido por nós e pela orientadora no início de agosto, a partir de outubro, produzimos uma matéria a cada semana ou quinze dias e a entregamos para a professora. A abordagem de cada uma delas foi definida nos encontros de orientação, de modo que os leads refletissem os aspectos mais importantes da apuração. Foram feitas cerca de três devolutivas para cada texto e outros elementos que faziam parte da reportagem (como roteiros de vídeos e podcast). Quando praticamente todas as pautas já haviam sido produzidas, podemos perceber, com a orientadora, a repetição de informações em alguns textos, como o fato de o mandato atual ter o recorde de vereadoras mulheres. Dessa forma, fizemos as alterações necessárias para dar mais fluidez à reportagem multimídia como um todo.

Durante a produção da reportagem, ficamos atentas aos resultados das eleições gerais, pois quatro personagens concorriam a cargos eletivos, além de ser importante a atualização de dados e informações relacionadas à participação feminina na política, envolvendo a eleição de mais mulheres, os perfis delas, e a violência política de gênero. Da mesma forma, cobrimos, no dia 7 de setembro, a manifestação denominada Grito dos Excluídos, pois duas de nossas entrevistadas, Izalene Tiene, Vanda Russo, participaram do evento. Essas imagens foram utilizadas sobretudo no vídeo-trailer de abertura.

Em relação aos componentes multimídia, sentimos mais dificuldades na elaboração dos podcasts. Num primeiro momento, pensamos em estruturá-los como entrevistas pingue-pongue, e depois, com a ajuda da professora Juliana, desenvolvemos roteiros mais semelhantes a matérias de rádio, com “sonoras” e passagens de repórter. Acreditamos que dessa forma foi possível aprofundar o debate proposto, ao trazermos diferentes vozes para o material, incluindo especialistas.

Toda a parte que diz respeito ao desenvolvimento do site e criação da nossa identidade visual foi realizada pelo analista de sistemas e webdesigner Luciano Ridolfi,

com quem fizemos o contato ainda em julho. A paleta de cores definidas por ele em conjunto com o grupo (que privilegia o roxo, cor do feminismo) foi usada no desenvolvimento dos infográficos, que fizemos pela plataforma Canva e enviamos para ele inserir na página web.

2.2. Processo de edição

Como dito, após a conclusão das entrevistas, os textos começaram a ser escritos e encaminhados à orientadora para correção, que fez a leitura e os apontamentos necessários para alteração. Ao longo desse processo, foi perceptível a necessidade de aprofundamento em detalhes de informações e contextos trazidos pelas fontes e personagens, de modo a aproximar o leitor daquela realidade e deixar em evidência pontos importantes mencionados nos relatos. Em outras palavras: compreendemos que não estávamos abordando características pessoais das políticas entrevistadas, deixando o texto um tanto “burocrático”. Assim, realinhamos o tom das matérias, de modo a procurar elaborar textos em que se pudessem conhecer melhor os perfis dessas mulheres. Percebemos ainda nossa dificuldade com a estruturação do lead e redação de títulos, que fomos aperfeiçoando ao longo do desenvolvimento do projeto. Buscamos assim deixar os textos limpos, claros e ricos.

Em relação aos materiais multimídia (vídeos e podcast), foram produzidos roteiros de edição no formato padrão da universidade, sempre passando por correções da orientadora até a finalização, como já dito. Todo o material foi posteriormente disponibilizado ao Laboratório de Imagem e Som (Labs) da PUC-Campinas, responsável pela edição, feita logo em seguida com a presença das alunas em horários pré-agendados.

Ainda em setembro, foi desenvolvida uma vinheta, que foi primeiramente utilizada nas publicações das redes sociais e depois inserida tanto nos podcasts quanto nos vídeos, para evidenciar a identidade visual do projeto. No restante do semestre, ao longo da etapa de edição dos conteúdos audiovisuais, foi necessária muita atenção aos detalhes. Nos vídeos, foram feitas correções de cor, iluminação e cortes nas imagens, para que ficasse com a melhor qualidade possível. Nos áudios, também foi feito tratamento similar, padronizando frequência e volume e cortando trechos que não se mostraram úteis ao conteúdo após a primeira edição. Foram inseridos, também, recursos de trilha sonora e transições, que remetem a protestos e passeatas. Buscou-se, assim, além de criar uma identidade para os recursos

audiovisuais, que o conteúdo editado causasse mais impacto. As alunas selecionaram ainda trilha de fundo, cujo objetivo também foi evidenciar a força dos relatos das personagens. Utilizamos todo o tempo disponibilizado pela universidade ao grupo ao grupo para fazer as edições e correções necessárias com os profissionais do laboratório.

Foram elaborados dois podcasts: na pauta sobre a dificuldade da eleição de mulheres, com duração de 7'28, e sobre as agressões que marcam o mandato atual, ocupado por mulheres ativista, com 5'23. Aqui, entendemos que o formato em áudio se adequava às pautas, estruturadas sobretudo a partir de opiniões e relatos. Houve também a produção de dois vídeos: uma espécie de trailer, que resume a reportagem e aparece na abertura (duração de 2'36) e a reportagem audiovisual sobre a gestão de Izalene Tiene (duração de 9'32).

Também foram produzidas galerias de fotos e um infográfico, com o objetivo de trazer o público para mais perto da história relatada, por meio das imagens, e informar de forma clara, dinâmica e estruturada dados importantes para o contexto apresentado. Essa etapa foi desenvolvida em conjunto pelas alunas por meio da plataforma Canva. O recurso foi utilizado na reportagem sobre a estrutura da Câmara Municipal. Nele, são expostas as sedes da Casa ao longo do tempo até o momento atual. Um infográfico também aparece na pauta sobre as vereadoras pioneiras, em que contamos de forma breve suas trajetórias. No encerramento, produzimos uma galeria de fotos, com imagens de várias políticas, e uma pequena frase, em que falamos sobre o que deve ser feito para ampliar a participação das mulheres na vida pública.

Conforme avançava o fechamento de todos os textos e do material multimídia (textos, imagens, infográficos, podcasts e vídeos), o conteúdo foi sendo encaminhado a um designer digital, contratado como responsável pela criação e montagem do site do projeto, como já dito. O [site do ELAS NO PODER](#) foi planejado e montado ao longo de cerca de quatro meses. Estabelecemos contato frequente com o designer por meio de redes sociais para dar encaminhamento à produção. Para o desenho do site, pesquisamos páginas que pudessem servir de referência, e o processo continuou após o envio da primeira versão, tendo em vista que foram necessárias mudanças, para tornar a página com visual mais limpo e agradável.

No design de todas as partes do projeto, a prioridade foi manter a identidade visual definida e escolhida no início do semestre, priorizando as cores roxo, lilás e branco, utilizadas para simbolizar o feminismo, como dito. Optamos por dividir o

acesso — de acordo com as pautas estabelecidas —, de forma que o leitor consiga selecionar determinada parte e ler sobre um assunto específico contido no texto. Mantivemos a ideia de estrutura de “linha do tempo”, além de com pautas que abordavam assuntos transversais, como tripla jornada e dificuldades para a eleição de mulheres. Abaixo, segue o logotipo desenvolvido, que traz o símbolo do feminino e um punho fechado, remetendo ao ativismo.

Figura 1: logotipo



No site, foi implantado um menu, com botões para todas as pautas, identificadas de forma sucinta, para ajudar na seleção do conteúdo. O recurso foi utilizado, como já dito, de modo a facilitar a navegabilidade no site. Também foram planejados os títulos de cada seção que compõem a reportagem. Eles foram destacados em formato maior do que a tipologia usada nos textos, e com uma caixa ao fundo, acompanhado de uma imagem que pudesse remeter à pauta. A fonte escolhida para o título e para o texto foi Montserrat, tamanho 12. A seleção, feita pelas alunas, se deu por serem tipos simples e facilmente legíveis. Abaixo, imagens do site.

Figuras 2, 3 e 4: site



Em relação à acessibilidade nos vídeos, não foi possível legendar o material no processo de edição por conta do pouco tempo disponível para a montagem no laboratório. Mas, como o vídeo foi postado no YouTube, a plataforma disponibiliza o recurso de legenda de forma automática. Já sobre os podcasts, o formato do site não permitiu a inserção do conteúdo transcrito, apesar de isso ter sido pensado.

2.3. Proposta de divulgação

Com o objetivo de divulgar o projeto ELAS NO PODER, as alunas e a orientadora definiram que seriam criadas redes sociais, ferramentas muito utilizadas atualmente para disseminação de informações e conteúdos variados. A escolha de quais seriam essas redes foi baseada em uma análise do público-alvo recortado ainda no primeiro semestre: homens e mulheres, jovens e adultos (portanto, eleitores) da cidade de Campinas.

Hoje em dia as redes sociais em que esse público está mais presente são o Instagram e o Twitter. O Brasil é o segundo país no mundo em número de usuários

no Instagram⁸, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Já em relação ao Twitter⁹, o país é o quarto mais ativo. A prioridade foi trabalhar com a plataforma Instagram, onde são compartilhadas com maior frequência fotos e vídeos, além de ser onde se encontra maior interação de jovens eleitores, que estão iniciando sua participação na política municipal e nacional.

Sendo assim, no final do mês de agosto foi criada uma conta na rede social (@elasnopoder.campinas) e ao longo do semestre e desenvolvimento do trabalho, as alunas foram publicando posts sobre a reportagem. Divulgamos, por exemplo, as fontes participantes, tanto “personagens” quanto especialistas: nas publicações falamos sobre os seus perfis e divulgamos fotos dos bastidores das reportagens (Figura 2). Também foram postadas informações relevantes sobre o papel feminino na política municipal de Campinas, buscando explicitar o que motivou a realização do ELAS NO PODER. Um exemplo desses posts pode ser visto abaixo (Figura 3). Com a conclusão do projeto, também passamos a divulgar as diferentes pautas que compõem a reportagem.

Figuras 5 e 6: prints de postagens no Instagram do projeto



⁸ Disponível em: < [⁹ Disponível em: <](https://blog.opinionbox.com/pesquisa-instagram/#:~:text=O%20Brasil%20C3%A9%20o%20C2%BA,menos%20uma%20vez%20por%20dia.>. Acesso em: 24 nov 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Já na rede social Twitter foi criada uma conta (@elasnopoderc), mas com outro objetivo. Após reflexão das alunas, juntamente com a professora orientadora, foi concluído que o público da rede social Twitter poderia impulsionar o projeto após a sua conclusão. Isso se dá pois o público da plataforma é outro: no Twitter, o objetivo é atingir jornalistas e políticos, profissionais muito presentes nessa rede social. A divulgação do projeto pronto visa gerar aumento de acessos ao site, fazendo com que a reportagem seja disseminada de forma direta por pessoas atuantes nos setores de imprensa e política. Abaixo, segue o perfil do projeto nessa rede social (Figura 4).

Figura 7: perfil do projeto no Twitter



Com as postagens sobre o andamento do projeto ao longo do semestre, o ELAS NO PODER pretendeu conquistar um público que pudesse ter interesse pelo resultado final da reportagem, conforme acompanhava o seu desenvolvimento.

Além das redes sociais, também foi criado um endereço de e-mail (contato@elasnopodercampinas.com.br), com o objetivo de estabelecer contato com o público que acompanhasse a produção do trabalho pelas redes sociais. Também foi aberto um canal do projeto na plataforma de vídeo Youtube e no Spotify, de áudio, onde estão publicados, respectivamente, os dois vídeos e os dois podcasts da reportagem. Dessa forma, o público consegue acessar de forma rápida esse material e interagir com ele, podendo curtir, comentar e compartilhar o conteúdo.

2.4. Custos e gastos

Os custos e gastos para a elaboração do projeto começaram com a compra de equipamentos para a realização das entrevistas presenciais. Logo no início de agosto, gastamos R\$ 89,00 com uma lapela, mas o aparelho não funcionou e o trocamos por tripés do mesmo valor. Além disso foram gastos R\$ 25,00 em pilhas para um gravador de áudio que nos foi emprestado e R\$ 27,96 com a adesão do pacote de dados do Google Drive para armazenar os arquivos do projeto.

Para a realização das entrevistas presenciais e captação das imagens e vídeos feitos durante o desfile de Sete de Setembro, tivemos um gasto de R\$ 531,13 com transporte, incluindo viagens por aplicativos e ônibus, pois os locais das entrevistas eram distantes das nossas casas.

Letícia ficou responsável por entrar em contato com webdesigners para a criação do logo, design, hospedagem e domínio do site. Após indicações de alunos de turmas anteriores, resolvemos todas as demandas com o analista de sistemas e webdesigner Luciano Ridolfi. Pagamos R\$ 1.090 pelos serviços prestados, sendo R\$ 40 na compra do domínio e R\$ 1.050 pelo desenvolvimento do logo, design e hospedagem.

No total, tivemos um gasto de R\$ 1.763,09 com o projeto experimental, os quais foram divididos igualmente entre as integrantes.

Referências bibliográficas

BOZZA, G. **Redação ciberjornalística: teoria e prática na comunicação digital**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 2022**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 4 mar. 2022.

FERRARI, P. **Comunicação digital na era da participação**. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

FISCHER, M. C. Longform: significa mais do que apenas um monte de palavras. **American Journalism Review**, Maryland, 17 dez. 2013. Disponível em: <http://migre.me/pFBUv>. Acesso em: 3 ago. 2022

JUSTIÇA ELEITORAL. **TSE Mulheres**. Disponível em: <<https://www.justicaeeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

KINDERMANN, C. O estudo dos gêneros no jornal: o caso da reportagem. **ENCONTRO DO CELSUL**, 5., p. 352-359, 2003. **Anais [...]**. Florianópolis: Celsul, 2003. Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/05/pdf/047.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, n. 18, p. 653-679, 2010.

PÁIVA, N. 51% das mulheres na política já sofreram preconceito ou discriminação. **Revista Claudia**, São Paulo, 20 dez. 2021. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/politica-poder/mulheres-politica-preconceito/>>. Acesso em: 18 abril 2022.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

VELLOSO, C. M. S.; AGRA, W. M. **Elementos do Direito Eleitoral**. São Paulo: Saraiva JUR, 2020.

ANEXOS

1. Roteiro final de edição do trailer de abertura

Data: 26.10	Nº fita bruta:	Camera:	Editor de texto:				
Produtor(a) / Pauteiro (a): Repórter: Giovanna Langella e Letícia Franco		Giovanna Langella e Letícia Franco					
Ano:	2022	Turma:	50	Período:	8º	Professor (a):	Juliana Doretto

Take	Seleção	Descrição	Off, Passagem, Sonora
VINHETA	00:00-00:09	ABRE SOBE SOM	
SOM FUNDO	00:18-2:45	SOM AMBIENTE ATÉ O FINAL	
SONORA IZALENE	36:24 - 36:31	GC: IZALENE TIENE - EX-PREFEITA DE CAMPINAS (2001-2004)	SE NÃO HOVER MAIOR PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO, TODA A SOCIEDADE PERDE //
SONORA MARIANA POSSE	33:05 - 33:16	GC: MARIANA CONTI - VEREADORA (2017-2020 / 2021-2024)	DA ÚLTIMA LEGISLATURA EU ERA A ÚNICA MULHER ENTRE TRINTA E TRÊS VEREADORES, HOJE NÓS AMPLIAMOS O NÚMERO DE MULHERES.// ESSA É UMA TENDÊNCIA QUE ESTÁ ACONTECENDO NO BRASIL E NO MUNDO.//
SONORA DEBORA POSSE	1:56 - 2:05	(já tem GC no vídeo)	ASSUMI HOJE A PRESIDÊNCIA, ESTOU PRESIDENTE EM EXERCÍCIO.// NÃO FUI ELEITA PRESIDENTE.//
VÍDEO MARIANA / ÁUDIO MARIANA	Vídeo 20:06 - 20:21 Áudio: 20:11-20:26	Sonora Mariana, sincronizar áudio e vídeo (gc dela já apareceu em outra inserção)	MAS TAMBÉM NÃO É SIMPLES NÃO, PORQUE OS PARTIDOS POLÍTICOS ELES SÃO, O PARTIDO É PARTE DA SOCIEDADE, NÉ? PARTIDO É PARTE DA SOCIEDADE ENTÃO TODOS OS PRECONCEITOS QUE ESTÃO DENTRO DA SOCIEDADE, OS VÍCIOS, ENFIM, O MACHISMO, TAMBÉM SE APRESENTAM NO PARTIDO.//

VÍDEO ESTER / ÁUDIO ESTER	VÍDEO 05:35 - 05:46 ÁUDIO 05:53 - 06:05	Sonora Ester, sincronizar áudio e vídeo GC: ESTER VIANA - EX-VEREADORA (1997 - 2000)	VOCÊ TEM QUE MOSTRAR DE MAIS FORMAS, TER UMA BOA FALA SOBRE ISSO, SABE, TEM QUE TER CONVENCIMENTO DAS SUAS COISAS.//
VÍDEO GUIDA / ÁUDIO GUIDA	Vídeo 05:14 - 05:28 Áudio 05:51 - 06:06	Sonora Guida, sincronizar audio e video GC: GUIDA CALIXTO - VEREADORA (2021 - 2024)	A CASA AQUI, POR EXEMPLO, TEM NOS DIAS DE SESSÕES ELES LIGAM O AR CONDICIONADO NO TALO, NÉ? ASSIM BEM...PORQUE OS HOMENS SÃO OBRIGADOS A USAR TERNO E NÓS MULHERES NÃO SOMOS OBRIGADAS A USAR.//
SONORA MARIA	05:00 - 05:23	Sonora Maria GC: MARIA JOSÉ CUNHA - EX- VEREADORA (2001 - 2004)	ELES ESTAVAM ACHANDO QUE... ELES ME COLOCARAM DEPOIS QUE EU IA CHEGAR LÁ, POR SER SINDICALISTA, POR SER DE ESQUERDA, QUE EU IA CHEGAR LÁ VIRANDO A MESA E ELES ESTAVAM PREPARADOS, FORAM ELES QUE ME FALARAM, PARA QUE EU COMETESSE UM DECORO PARLAMENTAR.//
VÍDEO PAOLLA / ÁUDIO PAOLLA	VÍDEO 07:55 - 08:06 ÁUDIO 08:41 - 08:52	Sonora Paolla, sincronizar áudio e vídeo GC: PAOLLA MIGUEL - VEREADORA (2021-2024)	SE VOCÊ É UMA MULHER NEGRA E LGBT, VOCÊ ESTÁ PRA FALAR SOBRE ISSO, NÉ? E JOVEM... VOCÊ VAI FALAR SOBRE ISSO.// NADA QUE EXTRAPOLE ESSAS COISAS, AS PESSOAS VÃO TE DAR, VÃO TE CONVIDAR MUITAS VEZES PRA FALAR.//
VÍDEO DELEGADA / ÁUDIO DELEGADA	VÍDEO: 31:55 - 32:01 ÁUDIO: 34:34 - 34:41	Sonora Delegada, sincronizar áudio e vídeo GC: DELEGADA TERESINHA - EX- VEREADORA (2001-2004/ 2005- 2008)	QUANDO EU FUI VEREADORA, EU FIQUEI MUITOS ANOS SEM FÉRIAS, SEM VIAJAR, PORQUE O POLÍTICO NÃO TEM DIA NÉ?//
SONORA VANDA	27:45- 28:00	GC: VANDA RUSSO - EX-VEREADORA (1989-1992)	DEPOIS QUE A GENTE DESPERTA ACHO QUE NÃO TEM MAIS RETORNO, QUANDO DESPERTA PARA A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA SOCIEDADE, DE LUTAR CADA VEZ MAIS MAIS MAIS MULHERES NA POLÍTICA, NÉ?//
VÍDEO GRITO 07/09	00:04 - 00:09	Passeata do grito (diminuir a velocidade do vídeo)	
VANDA E IZALENE GRITO 07/09	00:03 - 00:07	Vanda e Izalene antes da passeata (diminuir	

SOM FUNDO		a velocidade do vídeo) Diminuir lentamente para encerrar	CRÉDITOS LABIS
-----------	--	---	----------------

2. Roteiro de edição final do podcast Ativismo

Data: 24.10	Nº fita bruta:	Camera:	Editor de texto:	Retranca: PE Elas no poder
-------------	----------------	---------	------------------	----------------------------

Produtor(a) / Pauteiro (a):		Giovanna Langella e Letícia Franco					
Repórter: Giovanna Langella e Letícia Franco							
Ano:	2022	Turma:	50	Período:	8º	Professor (a):	Juliana Doretto

Take	Seleção	Descrição	Off , Passagem, Sonora
VINHETA	00:00-00:09	ABRE SOBE SOM	
OFF LETÍCIA 1	00:00-00:32	OFF LETÍCIA	A POLÍTICA DE CAMPINAS VIVE UM MOMENTO HISTÓRICO PARA AS MULHERES // EM 2020, A CIDADE ELEGEU QUATRO VEREADORAS / O MAIOR NÚMERO EM DUZENTOS E VINTE CINCO ANOS DE HISTÓRIA DO LEGISLATIVO CAMPINEIRO // ALÉM DISSO / PELA PRIMEIRA VEZ UMA MULHER FOI A CANDIDATA MAIS VOTADA // MARIANA CONTI SE REELEGEU PELO PSOL / COM MAIS DE DEZ MIL VOTOS // ELA FOI TAMBÉM A PRIMEIRA MULHER A PRESIDIR A SESSÃO DE POSSE // ESSES AVANÇOS, PORÉM, VÊM ACOMPANHADOS DE DIVERSAS REAÇÕES NEGATIVAS // É O QUE CONTA A VEREADORA GUIDA CALIXTO, DO PT.//
ÁUDIO GUIDA	02:19-02:47	SONORA GUIDA 1	ESSA CRESCENTE QUE A GENTE TEVE DE OCUPAR ESSES ESPAÇOS ACABA DE UMA CERTA FORMA AMEAÇANDO AQUELES QUE SEMPRE TIVERAM O PRIVILÉGIO DE ESTAR NESSES ESPAÇOS DE PODER. ENTÃO POR ISSO QUE MUITAS VEZES NÓS SOMOS AMEAÇADAS, NÓS SOMOS AGREDIDAS, NÓS SOMOS AQUELAS QUE MAIS SOFREM DESQUALIFICAÇÃO, MAIS SOFREM AGRESSÕES MESMO NÉ? POR ESTARMOS OCUPANDO ESSE ESPAÇO. //
OFF LETÍCIA 2	00:00-00:13	OFF LETÍCIA	PARA A DOUTORA EM SOCIOLOGIA STELA GODOI / PROFESSORA DA PUC DE CAMPINAS / ESSAS MULHERES REPRESENTAM SETORES DA SOCIEDADE QUE NÃO ERAM VISTOS NESSES ESPAÇOS DE PODER // E ISSO EXPLICA AS AÇÕES CONTRÁRIAS.
ÁUDIO STELA 2	17:03-17:29	SONORA STELA 1	É A EXPRESSÃO DE UM CRESCENTE ENGAJAMENTO DAS MULHERES DESDE 2015 MAIS OU MENOS O MOVIMENTO DE MULHERES DE CAMPINAS GANHAR MUITA FORÇA.// ESSAS QUATRO CANDIDATAS CONSEGUEM ESSE

<p>ÁUDIO GUIDA</p>	<p>03:20- 03:49</p>	<p>SONORA GUIDA 2</p>	<p>RECORDE DE ELEIÇÕES PORQUE TINHA UMA BASE SOCIAL ENGAJADA, ARTICULADA E ELAS TINHAM UMA PRESENÇA NESSES MOVIMENTOS DE MULHERES.//</p> <p>DESSAS QUATRO MULHERES, NÓS TEMOS DUAS MULHERES NEGRAS E DUAS MULHERES BRANCAS. DESDE QUANDO INICIA ESSE MANDATO, AS DUAS MULHERES NEGRAS FORAM AS QUE MAIS FORAM ATACADAS, AS DUAS MULHERES NEGRAS, ESTÃO ENVOLVIDAS MUITAS VEZES NUMA SITUAÇÃO DE DESQUALIFICAÇÃO, DE AGRESSÃO, DE VIOLÊNCIA POLÍTICA SÃO ESSAS DUAS MULHERES NEGRAS QUE ESTÃO SEMPRE EM DESTAQUE, QUE SOU EU E A VEREADORA PAOLA MIGUEL. //</p>
<p>OFF LETÍCIA 3</p>	<p>00:00- 00:19</p>	<p>OFF LETÍCIA</p>	<p>UM DOS EPISÓDIOS A QUE A VEREADORA GUIDA CALIXTO SE REFERE OCORREU EM NOVEMBRO DE 2021 / DURANTE UMA SESSÃO DA CASA // PAOLLA MIGUEL / DO PT / FOI XINGADA DE PRETA LIXO POR UM HOMEM QUE ESTAVA NAS GALERIAS / ENQUANTO DEFENDIA O PROJETO DE CRIAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA // OUÇA O MOMENTO DA AGRESSÃO.//</p>
<p><u>ÁUDIO CÂMARA PAOLLA</u></p>	<p>00:04 - 00:24</p>	<p>SONORA PAOLLA NA CÂMARA</p>	<p>QUEM NÃO CONHECE ALGUÉM QUE FALA QUE OS AVÓS ERAM ITALIANOS, PORTUGUESES OU DE OUTRAS NACIONALIDADES MAS NÓS DA COMUNIDADE NEGRA (PRETA LIXO) NÃO CONSEGUIMOS TER ESSE PRIVILÉGIO PORQUE DURANTE A DITADURA TODOS OS DOCUMENTOS QUE TRAZIAM ESSE HISTÓRICO FORAM SIMPLEMENTE QUEIMADOS //</p>
<p>ÁUDIO PAOLLA</p>	<p>4:48- 5:45</p>	<p>SONORA PAOLLA</p>	<p>É IMPORTANTE RESSALTAR QUE EU JÁ TINHA SUBIDO DUAS OUTRAS VEZES E O XINGAMENTO ERAM DE CUNHO POLÍTICO, NÉ? COMUNISTA, VOCÊ NÃO REPRESENTA... QUANDO EU FOR PRA FALAR SOBRE O CONSELHO DA COMUNIDADE NEGRA, QUE É UM PROJETO DE GOVERNO, O TOM MUDA COMPLETAMENTE ASSIM ENTÃO A PRIMEIRA COISA QUE EU CONSIGO IDENTIFICAR É MIMIMI NÉ? DEPOIS A GENTE FICA NEGANDO AQUILO QUE A GENTE ESTÁ OUVINDO NÉ? E DEPOIS ELES TERMINAM GRITANDO COMO ISSO É LIBERDADE DE EXPRESSÃO. É POSSÍVEL PERCEBER PRINCIPALMENTE FALANDO DO RACISMO QUE AS PESSOAS NÃO TEM MAIS MEDO DE FALAR QUE ELAS SÃO RACISTAS, PORQUE ELA TEM PRECONCEITO SIM, E QUE ELAS ACHAM QUE É UM ABSURDO, UMA MULHER NEGRA OCUPAR O ESPAÇO PARLAMENTO. CADA VEZ MAIS ELA SE ACHA NO DIREITO INCLUSIVE DE NOS ATACAR. O CASO ESTÁ CORRENDO NA JUSTIÇA. ESPERO QUE A JUSTIÇA SEJA FEITA.//</p>
<p>OFF LETÍCIA 4</p>	<p>00:00- 00:14</p>	<p>OFF LETÍCIA</p>	<p>EM AGOSTO DE 2022 / AS VEREADORAS MARIANA CONTI / DO PSOL/ E GUIDA CALIXTO, DO PT, FORAM AMEAÇADAS POR UM APOIADOR DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO //</p>

ÁUDIO MARIANA	2:32- 2:41 / 2:02-- 2:21	SONORA MARIANA	SEGUNDO MARIANA / OS ATAQUES TAMBÉM ERAM MACHISTAS // NAS AMEAÇAS QUE NÓS RECEBEMOS POR TELEFONE A PESSOA QUE ME AMEAÇOU FALOU QUE EU ERA UMA PUTA / NÓS TEMOS UM CONJUNTO DE MULHERES, PARLAMENTARES QUE ESTÃO SENDO CONSTANTEMENTE VIOLENTADAS, AMEAÇADAS E É MUITO EMBLEMÁTICO QUE GERALMENTE O CONTEÚDO DAS AMEAÇAS TEM SENTIDO MISÓGINO //
OFF LETICIA 5	00:00- 00:11	OFF LETICIA	AS VEREADORAS REGISTRARAM BOLETIM DE OCORRÊNCIA E O CASO É INVESTIGADO PELA POLÍCIA / STELA GODOI DIZ QUE ESSES ATAQUES TAMBÉM SE RELACIONAM COM AS BANDEIRAS DESSAS PARLAMENTARES //
ÁUDIO STELA 2	15:35- 16:15	SONORA STELA 2	ESSA ARTICULAÇÃO DA PAUTA DE GÊNERO COM JUSTIÇA SOCIAL E JUSTIÇA RACIAL. ELAS ESTÃO REPRESENTANDO ALI NÃO SÓ AS PAUTAS MAIS LIBERAIS RELACIONADAS ÀS MULHERES. ELAS ESTÃO PAUTANDO AS AGENDAS DOS DIREITOS DAS MULHERES COM OUTROS DIREITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS COM A QUESTÃO DO RACISMO, DA JUVENTUDE, DA VIDA DOS TRABALHADORES, DAS QUESTÕES DE CLASSE PROPRIAMENTE. //
OFF LETICIA 6	00:00 - 00:07	OFF LETICIA	A PROFESSORA, NO ENTANTO, AFIRMA QUE / APESAR DAS RESISTÊNCIAS / ESSA PRESENÇA TENDE A PROMOVER AVANÇOS SOCIAIS //
AUDIO STELA 3	16:17- 16:52	SONORA STELA 3	ARTICULANDO AS BANDEIRAS DOS DIREITOS DAS MULHERES COM OUTRAS QUESTÕES MAIS AMPLAS RELACIONADAS À JUSTIÇA SOCIAL / NÃO SÓ A QUANTITATIVAMENTE RECORDE DE CANDIDATURAS, MAS QUALITATIVAMENTE TAMBÉM, QUEM SÃO ESSAS CANDIDATAS E QUAL É A BASE DE APOIO DELAS //
VINHETA	00:00- 00:09	SOBE SOM	
OFF LETICIA 7	00:00- 00:18	OFF LETICIA	ESSE PODCAST FAZ PARTE DA REPORTAGEM ELAS NO PODER / UM PROJETO EXPERIMENTAL DA FACULDADE DE JORNALISMO DA PUC-CAMPINAS SOBRE AS MULHERES NA POLÍTICA CAMPINEIRA // OS ÁUDIOS USADOS SÃO DA TV CÂMARA CAMPINAS // PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DE LETÍCIA FRANCO E EDIÇÃO DE VINICIUS DIAS //

VINHETA	00:00- 00:09	SOBE SOM	
----------------	-----------------	-----------------	--

3. Roteiro de edição final podcast não eleitas

Data:	Nº fita bruta:	Camera:	Editor de texto:	Retranca: PE Elas no poder			
Produtor(a) / Pauteiro (a): Repórter: Giovanna Langella e Letícia Franco		Giovanna Langella e Letícia Franco					
Ano:	2022	Turma:	50	Período:	8º	Professor (a):	Juliana Doretto

Take	Seleção	Descrição	Off , Passagem, Sonora
VINHETA	00:00 - 00:09	SOBE SOM	
SOM FUNDO	00:10 - 07:05	SOM AMBIENTE ATÉ O FINAL	
OFF 1 GIOVANNA	00:00 - 00:43	OFF GIOVANNA	EM ABRIL DE 2022, O CONGRESSO NACIONAL PROMULGOU A EMENDA CONSTITUCIONAL 117, QUE OBRIGA OS PARTIDOS POLÍTICOS A DESTINAREM TRINTA POR CENTO DA VERBA PÚBLICA QUE RECEBEM PARA CAMPANHAS ELEITORAIS DE MULHERES.// TAMBÉM FOI DETERMINADO QUE OS PARTIDOS DEVEM RESERVAR NO MÍNIMO TRINTA POR CENTO DO TEMPO DE PROPAGANDA GRATUITA NO RÁDIO E NA TELEVISÃO ÀS MULHERES.//LEIS COMO ESSAS TÊM CONTRIBUÍDO PARA O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA / MAS A IGUALDADE ESTÁ LONGE DE SER UMA REALIDADE.// A FALTA DE INCENTIVO DOS PARTIDOS E A DESCONFIANÇA DA CAPACIDADE DAS MULHERES SÃO ALGUNS FATORES QUE DETERMINAM ESSE AFASTAMENTO FEMININO DA POLÍTICA.// PARA A VEREADORA PAOLLA MIGUEL, DO PT, O PROBLEMA COMEÇA AINDA NA CAMPANHA.//
ÁUDIO PAOLLA	20:12 - 20:59	Sonora Paolla	QUANDO A GENTE FALA, POR EXEMPLO, DAS PRIORIDADES, NÉ, DE CAMPANHA, AS MULHERES AINDA NÃO SÃO PRIORITÁRIAS.// ENTÃO, ISSO QUE COMEÇA DENTRO DO PARTIDO POLÍTICO, ELE CULMINA NA ELEIÇÃO, ENTÃO SE NÓS NÃO SOMOS AS PRIORIDADES, SE NÃO SOMOS NÓS QUE VAMOS RECEBER A MAIOR PARTE DO FUNDO, NÃO VAMOS TER A MAIOR PARTE DE ESTRUTURA DE CAMPANHA, NÃO SOMOS NÓS TAMBÉM QUE SOMOS COLOCADAS COMO CANDIDATAS PRO MAJORITÁRIO, ESSE ANO GOVERNADORA, SENADORA, COMO QUE A SOCIEDADE VAI

<p><u>Áudio Jornal</u></p>	<p>01:01 - 01:30</p>	<p>SONORA JORNAL</p>	<p>CONSEGUIR VOTAR EM MULHERES E COMO A SOCIEDADE VAI CONSEGUIR MUDAR ESSA IDEIA DE QUE MULHER NÃO PODE PARTICIPAR DA POLÍTICA?//</p> <p><u>AUMENTAR SOM DE FUNDO</u></p> <p>O NÚMERO DE MULHERES ELEITAS SALTOU DE 77 PARA 90.// NA PRÓXIMA LEGISLATURA, A BANCADA FEMININA VAI REPRESENTAR 17.5% DAS CADEIRAS.// NO SENADO, NO ENTANTO, NÃO HOUE MUDANÇA SIGNIFICATIVA.// NA ÚLTIMA ELEIÇÃO EM QUE UM TERÇO DA CASA ESTAVA EM DISPUTA, EM 2014, 5 FORAM ELEITAS.// ONTEM FORAM 4.// CONSIDERANDO O TOTAL DE SENADORES, A BANCADA TERÁ 14 MULHERES, O QUE CORRESPONDE A 17,3% DO TOTAL.//</p>
<p>OFF 2 GIOVANNA</p>	<p>00:00 - 00:08</p>	<p>OFF GIOVANNA</p>	<p><u>NORMALIZAR SOM DE FUNDO</u></p> <p>LUCIANA PANKE / PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E DOUTORA EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA / LISTA OS FATORES QUE LIMITAM ESSA PARTICIPAÇÃO.//</p>
<p>ÁUDIO LUCIANA</p>	<p>00:04 - 00:48</p>	<p>Sonora Luciana</p>	<p>AINDA NÃO SE VÊ NATURAL A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM CARGOS PÚBLICOS, EM CARGOS DE LIDERANÇA. E ISSO DIFICULTA A ELEIÇÃO DELAS.// OUTRO FATOR É EXPOR MULHERES DENTRO DE CANDIDATURAS NÃO COMPETITIVAS E SEM APOIO FINANCEIRO E POLÍTICO.// É UMA SITUAÇÃO BASTANTE COMPLEXA DA SOCIEDADE LEMBRANDO QUE O SUFRÁGIO FEMININO DO BRASIL ACONTECEU HÁ NOVENTA ANOS E NESSES NOVENTA ANOS HOUE AVANÇOS.// ENTRETANTO, HÁ TAMBÉM BASTANTE RETROCESSOS QUANDO AS LEIS NÃO SÃO CUMPRIDAS E QUANDO SEGUE, AINDA, A NÃO NATURALIZAÇÃO DA PRESENÇA DAS MULHERES NESSES LUGARES.//</p>
<p>OFF 3 GIOVANNA</p>	<p>00:00 - 00:27</p>	<p>OFF GIOVANNA</p>	<p>ENTRE AS MULHERES QUE SÃO OU JÁ FORAM VEREADORAS EM CAMPINAS, QUATRO CONCORRERAM A CARGOS NAS ELEIÇÕES DE 2022.// DELEGADA TERESINHA FOI CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL, ENQUANTO CÉLIA LEÃO, MARIANA CONTI E PAOLLA MIGUEL BUSCAVAM UMA VAGA COMO DEPUTADA ESTADUAL.// NENHUMA DELAS FOI ELEITA.// PARA O PROFESSOR DE DIREITO ELEITORAL DA</p>

<p>ÁUDIO LUIS</p>	<p>03:25 - 04:02</p>	<p>Sonora Luis</p>	<p>PUC CAMPINAS LUIS CORTEZ / A LEGISLAÇÃO ATUAL / QUE PREVÊ TAMBÉM COTAS NAS CANDIDATURAS / NÃO É SUFICIENTE.//</p> <p>NÃO BASTA ESTABELECEER UM NÚMERO OBJETIVO, TRINTA POR CENTO, PRA GARANTIR UMA EFETIVA PARTICIPAÇÃO. PORQUE DEPOIS A IGUALDADE DE CONDIÇÕES NA DISPUTA NEM SEMPRE SE REPRODUZ NESSE NÚMERO E SEJA COM RELAÇÃO A QUANTIDADE DE VERBA DESTINADA PRAS CANDIDATURAS FEMININAS, A EXPOSIÇÃO QUE ESSAS CANDIDATURAS VÃO TER NA PROPAGANDA ELEITORAL E MESMO ESSA DIFICULDADE AS VEZES DE IMPLEMENTAR NO ÂMBITO DOS PARTIDOS UMA MAIOR DEMOCRACIA INTERNA O QUE PERMITISSE DE FATO UMA PARTICIPAÇÃO MAIS IGUALITÁRIA DE FILIADOS.</p>
<p>OFF 4 GIOVANNA</p>	<p>00:00 - 00:08</p>	<p>OFF GIOVANNA</p>	<p>PARA A VEREADORA MARIANA CONTI, DO PSOL, UMA NOVA ATITUDE DAS MULHERES DENTRO DOS PARTIDOS É ESSENCIAL PARA QUE MAIS CANDIDATAS SEJAM ELEITAS.//</p>
<p>ÁUDIO MARIANA</p>	<p>20:04 - 20:11</p>	<p>Sonora Mariana ESTÁ NO MESMO ÁUDIO, JUNTAR</p>	<p>A AUTO ORGANIZAÇÃO, QUE SÃO AS MULHERES SE ORGANIZANDO PARA LUTAR POR ESPAÇO TAMBÉM DENTRO DOS PARTIDOS POLÍTICOS.//</p> <p>O QUE A GENTE FAZ, A GENTE EDUCA, A GENTE SE FORTALECE, GANHA ESPAÇO DENTRO DAS ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS E EDUCA OS NOSSOS COMPANHEIROS, JÁ QUE VOCÊS PARTILHAM COM A GENTE VISÃO DE MUNDO, LEITURA DE REALIDADE, SONHOS, UTOPIAS, VOCÊS TEM QUE INCORPORAR O QUE É O PROGRAMA FEMINISTA, NÃO APENAS O /DISCURSO, MAS NA PRÁTICA.//</p>
<p>OFF 5 GIOVANNA</p>	<p>00:00 - 00:14</p>	<p>OFF GIOVANNA</p>	<p>MARIANA É DO PSOL, UM PARTIDO DE ESQUERDA, ASSIM COMO OUTRAS DUAS ENTRE AS QUATRO VEREADORAS ATUAIS DE CAMPINAS// A SOCIÓLOGA STELA GODOI, DA PUC CAMPINAS, DIZ QUE ESSE PREDOMÍNIO REFLETE AS IDEOLOGIAS DESSAS LEGENDAS.//</p>
<p>ÁUDIO STELA</p>	<p>18:06 - 18:47</p>	<p>Sonora Stella</p>	<p>OS PARTIDOS DE ESQUERDA TEM, QUASE POR DEVER TER UMA MAIOR ABERTURA PARA PENSAR AS VULNERABILIDADES, PRA PENSAR AS EXCLUSÕES E PORTANTO ARTICULAR AS QUESTÕES MAIS TRABALHISTAS COM AQUELAS RELACIONADAS AO GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE, COM OUTRAS DIVERSIDADES E POR ISSO TALVEZ ESSAS CANDIDATAS TENHAM UMA MAIOR PRESENÇA NESSES PARTIDOS DE ESQUERDA PORQUE OS PARTIDOS DE ESQUERDA TEM UMA MAIOR</p>

OFF 6 GIOVANNA	00:00 - 00:17	OFF GIOVANNA	<p>ABERTURA PARA PENSAR INCLUSÃO SOCIAL, PRA PENSAR LUTAS SOCIAIS POR DIREITOS, NÉ?</p> <p>APESAR DISSO, MARIA JOSÉ CUNHA / DO PT / QUE FOI VEREADORA NA CIDADE ENTRE 2001 E 2004 / CONTA QUE TEVE DIFICULDADE PARA CONSEGUIR APOIO DO PARTIDO NA TENTATIVA DE SE REELEGER./ NA OPINIÃO DELA, ESSE FOI UM DOS FATORES QUE FIZERAM COM QUE ELA NÃO CONSEGUISSSE UMA NOVA CADEIRA.//</p>
ÁUDIO MARIA	09:45 - 09:51 14:11 - 14:18	Sonora Maria ESTÁ NO MESMO VÍDEO, JUNTAR	<p>EU TRABALHEI NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.//</p> <p>A CORRENTE QUE ME APOIOU NO PRIMEIRO MANDATO, ELA FOI APOIAR UMA OUTRA PESSOA, NÃO FUI PRIORIDADE.//</p>
OFF 7 GIOVANNA	00:00 - 00:14	OFF GIOVANNA	<p>UMA DAS FORMAS PARA REVERTER ESSE QUADRO, SEGUNDO A PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, CAMILA TAVARES, SERIA UMA MUDANÇA NA COBERTURA DAS CANDIDATURAS FEMININAS PELA MÍDIA // SEGUNDO ELA, AS MULHERES DEVERIAM RECEBER MAIS DESTAQUE.//</p>
ÁUDIO CAMILLA	09:02 - 09:30	Sonora Camilla 1	<p>O QUE A GENTE OBSERVA É QUE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, QUANDO A GENTE ESTÁ PENSANDO EM PERÍODO DE CAMPANHA ELES ACABAM PARAMETRIZANDO TODOS OS CANDIDATOS E TODAS AS CANDIDATAS.// O QUE POR UM LADO É COMPREENSÍVEL, MAS POR OUTRO SE A GENTE PENSA TODA ESSA DESIGUALDADE QUE SE TEM ENTRE CANDIDATURAS ACABA SENDO RUIM NÉ DIGAMOS ASSIM PRAS MULHERES QUE NORMALMENTE NÃO SÃO ASSIM TÃO CONHECIDAS QUANTO OS HOMENS.//</p>
OFF 8 GIOVANNA	00:00 - 00:11	OFF GIOVANNA	<p>A EX VEREADORA ESTER VIANA, ELEITA PELO PSDB EM 1997, ACREDITA QUE A SOCIEDADE DÁ MAIS PESO AO TRABALHO POLÍTICO DOS HOMENS, FATOR QUE AFASTA A MULHER DESSA ÁREA.//</p>
ÁUDIO ESTER	05:45 - 05:51	Sonora Ester	<p>AS PESSOAS NÃO VALORIZAM MUITO, VEEM LÁ O PROJETO, É DE UMA MULHER, SABE? NÃO TEM O VALOR QUE TEM OUTROS.//</p>

OFF 9 GIOVANNA	00:00 - 00:06	OFF GIOVANNA	PARA A PROFESSORA CAMILA TAVARES, INCENTIVAR AS MULHERES A PARTICIPAR DA POLÍTICA É ESSENCIAL.//
ÁUDIO CAMILLA	13:53 - 14:27	Sonora Camilla 2	SE A GENTE PARAR PRA PENSAR NOS NÚMEROS, O PRIMEIRO PONTO É VOTAR EM MULHER, O SEGUNDO PONTO É APOIAR A CANDIDATURA FEMININA, INCENTIVAR MULHERES, VOCÊ NÃO TEM ESSA PERSPECTIVA, ESSA ASPIRAÇÃO, MAS VOCÊ CONHECE UMA PESSOA QUE TEM, SEJA SOLIDÁRIO A ELA, OFEREÇA AJUDA, SEJA COMO REDE DE APOIO, DE REPENTE ELA TEM FILHO, DE REPENTE ELA PRECISA DE UMA ORGANIZAÇÃO INTERNA PRA CONSEGUIR FAZER, TER ESSA VIDA PÚBLICA.//
SOM DE FUNDO		SOBE SOM	
OFF 10 GIOVANNA	00:00 - 00:20	OFF GIOVANNA	<p>ESSE PODCAST FAZ PARTE DA REPORTAGEM ELAS NO PODER, UM PROJETO EXPERIMENTAL DA FACULDADE DE JORNALISMO DA PUC CAMPINAS SOBRE AS MULHERES NA POLÍTICA CAMPINEIRA.//</p> <p>NESTE EPISÓDIO, USAMOS UM ÁUDIO DA EDIÇÃO DO JORNAL HOJE, DA REDE GLOBO DE TRÊS DE OUTUBRO.// PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DE GIOVANNA LANGELLA E EDIÇÃO DE VINICIUS DIAS.//</p> <p><u>VINHETA ENCERRANDO</u></p>

4. Roteiro final de edição do vídeo Executivo – Izalene Tiene

Data: 28.10	Nº fita bruta:	Camera:	Editor de texto:	Retranca: PE Elas no poder
Produtor(a) / Pauteiro (a): Repórter: Giovanna Langella e Letícia Franco		Giovanna Langella e Letícia Franco		
Ano: 2022	Turma:	50	Período: 8º	Professor (a): Juliana Doretto

Take	Seleção	Descrição	Off , Passagem, Sonora
VINHETA	00:00-00:09	ABRE	
00000.wmv	03:00-05:42 IMAGENS “TONINHO E IZALENE 2”, “TONINHO E IZALENE 2.1” 04:55-05:18	SONORA IZALENE 1 GC: IZALENE TIENE - EX-PREFEITA DE CAMPINAS (2001- 2004)	EU ESTAVA DANDO AULA EM UM SÁBADO DE MANHÃ E TINHA REUNIÃO DO DIRETÓRIO E EU SABIA QUE IA DISCUTIR OS NOMES / JÁ TINHA TIDO UMA CONVERSA QUE SERIA UMA MULHER COMO VICE / EU RECEBI A LIGAÇÃO DIZENDO VENHA PRA CÁ QUE VOCÊ FOI INDICADA COMO VICE DO TONINHO / UMA DUPLA QUE A GENTE JÁ SE CONHECIA E COMBINAMOS ELE COM ARQUITETO PENSAVA A CIDADE A PARTIR DAS CONSTRUÇÕES / E EU NA ÁREA SOCIAL ENTÃO NÓS COMBINAMOS / UM PROGRAMA DE GOVERNO COM ESSA PERSPECTIVA DE HUMANIZAÇÃO E MELHORA DE QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS.//
VIDEO YOUTUBE	00:43-00:53	DISCURSO DE POSSE (01/01/2001) *CORTA GC BAND	D.I. “PROMETO... D.F. DO MUNICÍPIO”
VIDEO DOC 1	08:11-08:16	NOTÍCIA MORTE TONINHO – DOCUMENTÁRIO TONINHO 20 ANOS	ASSASSINADO AGORA A NOITE EM CAMPINAS, O PREFEITO ANTONIO DA COSTA SANTOS, O TONINHO DO PT.//
00000.wmv	06:19-07:10	SONORA IZALENE 2	ANTES, ELE TINHA ME PEDIDO PARA QUE EU FOSSE REPRESENTA-LO NUMA MESA ONDE ESTAVA SENDO DISCUTIDO O DIA CONSCIÊNCIA NEGRA, SE TORNA FERIADO MUNICIPAL OU NÃO, E TINHA ALI UMA REPRESENTANTE DO MOVIMENTO NEGRO DO RIO DE JANEIRO E O SENADOR EDUARDO SUPLYCY / ELE DISSE QUE ESTAVA MUITO CANSADO E PRECISAVA IR NA ACADEMIA AQUELE DIA.// E EU ESTAVA REPRESENTANDO

<p>VÍDEO DOC 2</p>	<p>08:46-09:02</p>	<p>ÚLTIMO DISCURSO TONINHO – DOCUMENTÁRIO TONINHO 20 ANOS</p>	<p>QUANDO EU SAÍ DO AGBINETE DELE QUE ELE ME PASSOU ESSA FUNÇÃO ELE FALOU QUE NÃO IA PASSAR POR LÁ// DAÍ EM MEIA HORA ELE PASSA NO SALÃO VERMELHO/ QUE NÓS ESTÁVAMOS REUNIDOS/ CUMPRIMEIRA O SUPPLY/ CUMPRIMENTA AS PESSOAS DA MESA E SEM MAIS NEM MENOS ELE DIZ //</p>
<p>00000.wmv</p>	<p>08:30- 09:13 IMAGENS "LULA E IZALENE VELÓRIO" 08:51-08:56 Ricardo Linhares/Folha Imagem</p>	<p>SONORA IZALENE 3</p>	<p>IZALENE É A PRIMEIRA MULHER NA HISTÓRIA REPUBLICANA A TER UM CARGO DE PODER, SE ACONTECE ALGUMA COISA COMIGO, ELA É A PREFEITA, PRIMEIRA PREFEITA DA HISTÓRIA DE CAMPINAS //</p> <p>MATARAM AS 22H E 3H DA MANHÃ JÁ DISSE QUE NÃO PODIA ESTAR VAGO// AÍ EU FUI PRA PREFEITURA E AINDA BEM QUE O LOLA CHEGOU JUNTO NESSA HORA E DISSE NÃO/ ELA NÃO VAI TOMAR POSSE/ EU FALEI QUE NÃO TOMAVA/ E O PRESIDENTE DA CÂMARA FALOU SE ELA NÃO TOMAR POSSE/ EU VOU ASSUMIR// E ESSA É UMA COISA ABSURDA ENTÃO ESSE IMPACTO FOI MUITO GRANDE E MESMO ASSIM EU TIVE QUE ASSUMIR ÀS ONZE HORAS QUANDO O CORPO DO TONINHO ESTAVA SENDO VELADO NO PÁTIO DA PREFEITURA.//</p>
<p>ARTE TRANSIÇÃO</p>	<p>TRANSIÇÃO</p>	<p>TELA ROXA ESCRITO: A GESTÃO</p>	
<p>00000.wmv</p>	<p>09:48-10:42 IMAGENS "IZALENE E TONINHO" 10:11-10:21</p> <p>14:32-16:12 IMAGENS "IZALENE 5.1" "IZALENE 5" 14:41-14:53</p>	<p>SONORA IZALENE 4</p>	<p>NÓS ÉRAMOS REPRESENTANTES DE UM PLANO DE GOVERNO DO PT PARA CAMPINAS E ESSE PROGRAMA ELE NO INÍCIO NÓS JÁ TÍNHAMOS COMEÇADO JUNTOS, EU COMO COORDENADORA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EU TIVE UMA PARTICIPAÇÃO MUITO GRANDE NO GOVERNO PORQUE NO INÍCIO DE SETEMBRO NÓS ENTREGAMOS O PRIMEIRO ORÇAMENTO PÚBLICO PARA A CÂMARA MUNICIPAL// QUE FOI ELABORADO E CONSTRUÍDO COM A PARTICIPAÇÃO POPULAR ENTÃO NÓS ESTÁVAMOS JUNTOS MAS ESSA ERA UMA TARAFA QUE EU COMO COORDENADORA ASSUMI, ENTÃO ISSO ME DEU FORÇA PARA QUE EU PUDESSE EXECUTAR// NÓS NÃO FIZEMOS DE CONTA QUE AS PESSOAS</p>

<p>VÍDEO VANDA</p> <p>00000.wmv</p>	<p>18:18-18:51</p> <p>20:55-21:25 / 22:51-23:21</p>	<p>SONORA VANDA GC: VANDA RUSSO - EX-VEREADORA (1989-1992)</p> <p>SONORA IZALENE 5 *JUNTAR AS FALAS</p>	<p>PARTICIPASSEM/ HAVIA TODO UM MÉTODO PARA QUE AS PESSOAS PARTICIPASSEM MESMO/ ENTÃO NÓS PARTÍAMOS DAS REUNIÕES DE BAIRRO QUE ELES LEVANTASSEM QUAIS ERAM AS NECESSIDADES LÁ NO BAIRRO ONDE ELE MORAVA, DEPOIS HAVIA UMA REUNIÃO MAIS REGIONAL QUE ELES ESCOLHIAM ENTRE TODAS AS NECESSIDADES QUAIS ERAM AS PRIORITÁRIAS / ESSE CONSELHO ERA REPRESENTADO EM UM CONSELHO DA CIDADE ENTÃO AS NECESSIDADES ERAM LEVANTADAS E DISCUTIDAS QUAIS ERAM AS PRIORITÁRIAS E NO CONSELHO ERA DECIDIDO O ORÇAMENTO E VALOR DAS OBRAS OU SERVIÇOS QUE ERAM LEVANTADOS COMO PRIORIDADES E ALI ERA DECIDIDO QUE É QUE NÓS PLANEJAVAMOS PARA O ANO SEGUINTE//</p> <p>ELA ENFRENTOU ISSO É PÚBLICO O QUANTO FOI DIFÍCIL PARA IZALENE PORQUE EU ACHO ASSIM QUE SEMPRE QUERENDO FAZER COMPARAÇÃO SE FOSSE O TONINHO / MAS ACHO QUE TERIA QUE TER SIDO DADO TODO APOIO A IZALENE E EU ACHO QUE EM ALGUNS MOMENTOS ISSO NÃO ACONTECEU //</p> <p>DESDE O PRIMEIRO MOMENTO QUE NO MEU DISCURSO DE POSSE USEI ESSA FRASE/ FOI ESPONTÂNEO O QUE EU FALEI/ BEM RÁPIDO ATÉ MUITO EMOCIONADA NÉ// E EU DISSE NÃO FOI ISSO QUE NÓS COMBINAMOS TONINHO/ A GENTE COMBINOU GOVERNAR JUNTO E NÓS ESTÁAMOS FAZENDO ISSO MUITO BEM// JÁ APARECEU NA MANCHETE NO OUTRO DIA QUE EU NÃO ESTAVA PREPARADA PRA GOVERNAR E EU MESMA RECONHECIA ISSO // A IMPRENSA FAZ OPINIÃO, A QUESTÃO QUE EU ERA FRÁGIL, MULHER, NÃO TINHA CONDIÇÃO, ASSIM PERGUNTARAM O QUE A SENHORA ENTENDE DE ORÇAMENTO PARA ESTAR A FRENTE DE UM ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, EU DISSE ENTENDO SOU ASSALARIADA, SEMPRE FUI ASSALARIADA E ADMINISTREI O MEU SALÁRIO / A PARTIR DA MINHA EXPERIÊNCIA DE ADMINISTRAR O MEU SALÁRIO É QUE EU TAMBÉM ESTOU DISCUTINDO O ORÇAMENTO //</p>
---	---	---	--

<p>VÍDEO MARIA</p>	<p>06:43 - 07:05 IMAGENS "MARIA JOSE IZALENE" 06:55-07:05</p>	<p>SONORA MARIA JOSÉ GC: MARIA JOSÉ CUNHA - EX-VEREADORA (2001-2004)</p>	<p>TEVE UMA GRANDE DIFICULDADE, A FALTA DE ACEITAÇÃO MESMO DA POSTURA, DELA, ACHANDO QUE ELA NÃO TINHA CAPACIDADE DE FAZER ISSO.//</p>
<p>00000.wmv</p>	<p>25:55-26:40</p>	<p>SONORA IZALENE 6</p>	<p>NÃO DEU TEMPO DE FAZER TODAS AS OBRAS LEVANTADAS NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO// E TAMBÉM FICARAM OBRAS INICIADAS POR EXEMPLO NA TREZE DE MAIO QUE NÓS FIZEMOS UMA REFORMA DE COLOCAR OS FIOS SUBTERRÂNEOS PRA QUE TIVESSE MAIS ESPAÇO, NO CENTRO NÓS FIZEMOS UMA REVITALIZAÇÃO NA ESTAÇÃO CULTURA// ENTÃO EU GOSTARIA QUE TIVESSE SE TORNADO UM COMPLEXO CULTURAL MESMO EM TODOS OS PRÉDIOS QUE ESTAVAM ABANDONADOS/ NÃO DEU//</p>
<p>ARTE TRANSIÇÃO</p>	<p>TRANSIÇÃO</p>	<p>TELA ROXA ESCRITA: LUTA PELAS MULHERES</p>	<p>EU ESTOU CONTINUANDO NESSA MESMA LUTA E NÓS ESTAMOS CONTINUANDO NA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES// HOJE, O NOSSO GRUPO É UM GRUPO LOCAL DAS MULHERES NA PERIFERIA, NA PERIFERIA MESMO, NÃO É DA PERIFERIA É NA PERIFERIA PORQUE NÓS ESTAMOS NA PERIFERIA DA SOCIEDADE TAMBÉM// ENTÃO NÓS ESTAMOS CONTINUANDO NO PARTIDO, CONTINUANDO NO MOVIMENTO POPULAR REFORÇANDO HOJE DESDE 2000 NÓS TEMOS A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E É UM MOVIMENTO QUE REALMENTE ESTÁ AJUDANDO MUITO // NÓS QUEREMOS QUE MULHERES TENHAM MESMA PARTICIPAÇÃO DA NOSSA PROPORÇÃO NA SOCIEDADE// NÓS SOMOS 52% DAS ELEITORAS E NÓS QUEREMOS REALMENTE SER REPRESENTADAS NO LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO//</p>
<p>00000.wmv</p>	<p>38:27-39:07 / 34:00-34:20</p> <p>IMAGENS "VÍDEO IZALENE GRITO 1" "FAIXA GRITO 1" 38:35-38:50 IMAGENS "IZALENE MARCHA" 39:01-39:07</p>	<p>SONORA IZALENE 7 *JUNTAR AS FALAS</p>	<p>EU ESTOU CONTINUANDO NESSA MESMA LUTA E NÓS ESTAMOS CONTINUANDO NA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES// HOJE, O NOSSO GRUPO É UM GRUPO LOCAL DAS MULHERES NA PERIFERIA, NA PERIFERIA MESMO, NÃO É DA PERIFERIA É NA PERIFERIA PORQUE NÓS ESTAMOS NA PERIFERIA DA SOCIEDADE TAMBÉM// ENTÃO NÓS ESTAMOS CONTINUANDO NO PARTIDO, CONTINUANDO NO MOVIMENTO POPULAR REFORÇANDO HOJE DESDE 2000 NÓS TEMOS A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E É UM MOVIMENTO QUE REALMENTE ESTÁ AJUDANDO MUITO // NÓS QUEREMOS QUE MULHERES TENHAM MESMA PARTICIPAÇÃO DA NOSSA PROPORÇÃO NA SOCIEDADE// NÓS SOMOS 52% DAS ELEITORAS E NÓS QUEREMOS REALMENTE SER REPRESENTADAS NO LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO//</p>

<p>CRÉDITOS COM SOM VINHETA</p>	<p>CRÉDITOS</p>	<p>SOBE SOM DA VINHETA</p>	<p>PRODUÇÃO GIOVANNA CORRÊA LANGELLA LETÍCIA FRANCO TOMAZI</p> <p>ORIENTAÇÃO PROF. DRA. JULIANA DORETTO</p> <p>IMAGENS EMILIANO VASSOLER GIOVANNA CORREA LANGELLA LETÍCIA FRANCO TOMAZI</p> <p>EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO CAROLINA MANTOVANI</p> <p>ARTE LUCIANO RIDOLFI</p> <p>IMAGENS DE ARQUIVO ARQUIVO PESSOAL - IZALENE TIENE JORNAL BAND CIDADE G1 CAMPINAS GLOBOPLAY RICARDO LIMA/FOLHA IMAGEM</p> <p>“ELAS NO PODER” É UMA REPORTAGEM PRODUZIDA PELAS ALUNAS DO 4º ANO DA FACULDADE DE JORNALISMO DA PUC-CAMPINAS 2022</p>
--	------------------------	---------------------------------------	--

5. [Cartas de cessão de imagem](#)

As autorizações estão no link acima e também são apresentadas abaixo.

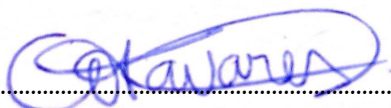
ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Camilla Quesada Tavares, brasileira, solteira, RG: 8.788.896-7, residente e domiciliado à Rua Desembargador Motta, 1304, Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP: 80.250-060 **AUTORIZO**, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 25 de julho de 2022.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Camilla Tavares', is written over a horizontal dotted line.

(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Danda Jaeni Russo,
(nome)

Brasileira, solteira, RG 5.205.761-6
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua João Lopes Vieira, 141
(rua ou avenida e número)

V. B. Dom Pedro, Campinas, SP, 13087-734
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 7 de junho de 2022

Danda Russo
(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Stela Cristina de Godoi,
solteira, brasileira, RG 32.599.906-5,

residente e domiciliado à Rua Emerson José Moreira, 1670. Chácara Primavera, Campinas-SP, cep. 13 087-440.

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 24 de maio de 2022.



(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Paolla Catharine dos Santos Miguel Agard,

(nome)

Brasileira, Solteira, RG 47154631-8

(Nacionalidade)

(Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Neuza Goulart Buzola

(rua ou avenida e número)

V. União Campinas, São Paulo, 13060-766

(Bairro)

(Cidade)

(Estado)

(CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 16 de maio de 2022

[Assinatura]

(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Luciana Panke, brasileira, RG 4699331-4, residente e domiciliada à Rua Alberto Bolliger 871, Curitiba, Paraná, CEP 80030280,

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 05 de setembro de 2022.

A handwritten signature in black ink, appearing to be the name 'Luciana Panke', written in a cursive style.

ANEXOVI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Marilene Conti Sakahashi.....

(nome)

Brasileira....., Solteira....., RG 43.988.415.7

.....

(Nacionalidade)

(Estado Civil)

residente e domiciliada

à Rua Catharina Sigori Vicentin, 667.....

(rua ou avenida e número)

Arde Urbanística....., Campinas....., São Paulo.....

.....

(Bairro)

(Cidade)

(Estado)

(CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o

CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS, a gravar

e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo.

Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 27 de maio..... de 2022.....

Marilene Conti.....

.....

(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Mariana Lora da Silva Lemos,

(nome)

Brasileira, Casada, RG 14.127.479-2

(Nacionalidade)

(Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua prof. Roberto João Foster - 199

(rua ou avenida e número)

Jardim Florence II Campinas SP 13059-052

(Bairro)

(Cidade)

(Estado)

(CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 15 de setembro de 2022



(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Marcela Dias Moreira.....,
(nome)

....., Solteira....., RG 32.538.221-9.
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Antonio Menghetti 431
(rua ou avenida e número)

Jd. São Gonçalo....., Campinas....., São Paulo....., 13052-704.
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 13 de junho..... de 2022.

Marcela Dias Moreira.....
(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO,

Eu, Luis Francisco Aguilar Cortez

(nome)

brasileiro, casado, RG 7.656.847

(Nacionalidade)

(Estado Civil)

residente e domiciliado à Alamedsa campinas, 834, apto 133

(rua ou avenida e número)

Jardim Paulista, São Paulo, SP, 01404001

(Bairro)

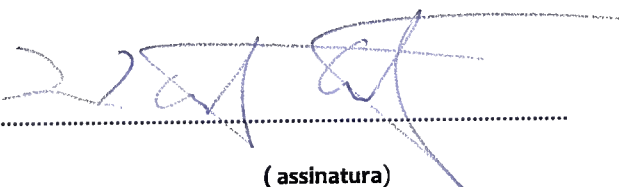
(Cidade)

(Estado)

(CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 23 de maio de 2022


.....
(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, IZALENE TIENE ,
(nome)

Brasileira , solteira , RG 5.391.472-7
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Barão de Anhumas
(rua ou avenida e número)

Bosque - Campinas, SP 13.026.020
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 29 de setembro de 2022

Stiene

(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Margarida da Silva Calixto,

(nome)

brasileira divorciada, RG 19250869-6

(Nacionalidade)

(Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Antonio Rodrigues Moreira Neto, 695

(rua ou avenida e número)

Jd. Pauliceia Campinas SP 13060-073

(Bairro)

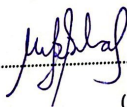
(Cidade)

(Estado)

(CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 16 de Mai de 2022



(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Glauce Caroline Sandaniel da Cunha Gonçalves,

(nome)

brasileira, casada, RG 65.304.581-5

(Nacionalidade)

(Estado Civil)

residente e domiciliado à Avenida Inglaterra, 1236,

.....

(rua ou avenida e número)

Residencial Lago Azul.....,, Engenheiro
Coelho, SP.....

(Bairro)

(Cidade)

(Estado)

(CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, ..08.... de ...agosto.... de 2022



.....

(assinatura)

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

EU, Ester Aparecida Viana,
(nome)

brasileira, solteira, RG 6415189-2
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua BARATA RIBEIRO, 50 nº 51
(rua ou avenida e número)

V. HARUA, CAMPINAS, SP, 13023-030
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 24 de maio de 2022

Ester Aparecida Viana
(assinatura)

ANEXO VI

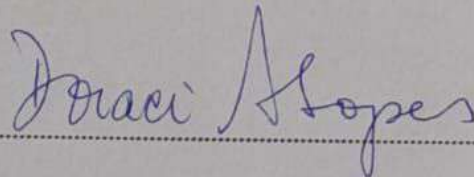
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Doraci Alves Lopes, brasileira, divorciada, RG 3775043-4. Residente e domiciliada na rua Dona Libânia, n. 1941, apto 61, Vila Itapura, Campinas, São Paulo, CEP 13015-090.

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 14 de setembro de 2022.



(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

EU, Teresinha de Carvalho..... ,
(nome)

Brasileira....., União Estável....., RG 8.860.251.....
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Avenida José Bonifácio, 530.....
(rua ou avenida e número)

Flamboyant....., Campinas....., São Paulo....., 13091140.....
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 03..... de Junho..... de 2022



(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

**AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE
IMAGEM**

Eu, Debora de Andrade Palermo
(nome)

brasileira, casada, RG 19232878-5
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Mons Dr Emilio J. Salim 189
(rua ou avenida e número)

Sousas, Campinas SP, 13.106.004
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 30 de maio de 2022

[Assinatura]
(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, CELIA CAMARGO LEÃO EDELMUTH , brasileira, casada RG . 7.828.499-5 residente e domiciliado à Rua Isabel de Abreu Pinheiro s/n 1 Lote 1 QD F, Valinhos – SP 13278-324.

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 27 de outubro de 2022.

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and horizontal strokes, positioned above a horizontal dotted line.

(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Cláudia do Carmo Nonato Lima, brasileira, casada, RG 17848131-2, residente e domiciliada à Alameda das Boninas, 306, apto. 114. bairro de Mirandópolis, São Paulo, São Paulo, CEP 04049060.

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 12 de setembro de 2022



.....
(assinatura)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO

GIOVANNA CORRÊA LANGELLA

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**O ELEITORADO FEMININO BRASILEIRO REPRESENTADO NOS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO**

CAMPINAS
2022

GIOVANNA CORRÊA LANGELLA

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**O ELEITORADO FEMININO BRASILEIRO REPRESENTADO NOS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO**

**Relatório Individual de Pesquisa apresentado à
disciplina METODOLOGIA E PESQUISA
APLICADA EM JORNALISMO (TCC)
da Faculdade de Jornalismo, da PUC-
Campinas, como exigência final para
aprovação na referida disciplina, sob
orientação do Prof. Marcel Cheida.**

**PUC-CAMPINAS
2022**

Introdução

O projeto de pesquisa individual aborda a forma como os meios de comunicação apresentam o eleitorado feminino no Brasil, considerando que as mulheres representam 52% do eleitorado nacional e são maioria votante em todos os estados do país. São tratados temas ligados ao contexto histórico, como a conquista do direito ao voto feminino, ocorrida em 1932.

Apesar de ocuparem um grande espaço nas decisões políticas considerando números, as mulheres são pouco inseridas pelos veículos de comunicação nos assuntos políticos, o que gera afastamento e até desinteresse feminino pela política nacional. Pautas políticas voltadas ao público masculino são mais frequentes na mídia em geral, trazendo pouca abordagem das mulheres eleitoras como personagens, fontes e temas no jornalismo. Considerando a importância do jornalismo no andamento político nacional ao longo do tempo, é constatado um problema na maneira como os veículos retratam um grupo populacional tão importante como o feminino, pois é seguido um modelo editorial baseado em costumes machistas.

Com isso, fica cada vez mais clara a necessidade de implementar ações que busquem a maior inclusão das mulheres na política e ampliar a visibilidade feminina nos jornais, com maior representatividade, já que as mulheres têm poucas oportunidades de se ver nos cenários eleitorais. Observa-se uma justificativa recorrente para explicar a ausência de representação feminina no tema: falta de vontade e interesse das mulheres.

Há muitos estudos sobre a subrepresentação feminina no poder, mas não é comum estabelecer as causas desse desinteresse pela política. Uma vez que se tem a falsa impressão de mudança no comportamento justamente pela presença de mulheres em cargos de destaque no cenário político. Todavia, não há dúvida, homens ainda continuam a indicar os rumos para o Brasil. As mulheres com essa conduta de afastamento do tema prejudicam sua capacidade de interpretação e memorização dos fatos veiculados pela mídia. (CARNEIRO, 2011, p. 3).

O objeto da pesquisa foi abordar de que forma o jornalismo cobre os assuntos relacionados ao público feminino e o insere como parte importante na política nacional, buscando, com isso, o direito de maior visibilidade ao eleitorado feminino. A pesquisa abrangeu obras sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica é, de maneira geral, um compilado de procedimentos que busca identificar informações de material bibliográfico já existente e colaborar na ampliação do material acadêmico. A consulta à bibliografia pertinente ao tema acompanha o trabalho dos docentes e alunos.

Pesquisa bibliográfica, num sentido amplo, é o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias ideias e opiniões. (STUMPF, 2006, p. 51).

O objetivo do material acadêmico bibliográfico desenvolvido por meio de pesquisa é a resolução de hipóteses baseada em análises e discussões de contribuições científicas. Segundo Boccato (2006, p. 266), esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, e é de extrema importância que o pesquisador planeje o processo de pesquisa, compreendendo o tema e sua forma de comunicação.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram selecionados textos sobre fundamentos do jornalismo político, sobre metodologias de pesquisa bibliográfica e sobre o assunto: como os meios de comunicação representam o eleitorado feminino brasileiro. Os textos foram lidos ao longo de cerca de quatro meses, resumidos e fichados. Depois, foi montada uma organização hierárquica de informações e citações, de acordo com os tópicos de revisão bibliográfica.

Tópicos da Revisão Bibliográfica

O primeiro tópico da pesquisa bibliográfica “O eleitorado feminino brasileiro representado nos meios de comunicação” a ser desenvolvido neste trabalho individual é “A forma como o eleitorado feminino brasileiro é abordado na mídia jornalística”.

O jornalismo tem a função de comunicar à sociedade os fatos de interesse público, que agregam de alguma forma à população. O produto final é resultado de processos de produção e apuração, seguindo critérios que determinam objetividade, credibilidade, relevância, atualidade, linguagem, valor-notícia, entre outros. Assim como outros meios de comunicação, os jornais, independentemente do formato, estão em constante evolução e atualização, formando grupos segmentados que consomem informações específicas, muitas vezes definidas de acordo com preferências e afinidades – as chamadas áreas de interesse. Esta segmentação de temas e públicos colaborou na evolução do aprofundamento em reportagens que contém um conteúdo mais qualificado, rico, longo e direcionado. Uma dessas especializações na área é o jornalismo de política.

Barbieri (2017, p. 20) afirma que a ausência da representação do eleitorado feminino no jornalismo político prejudica a representação da sociedade como um todo, pois esse tipo de jornalismo traz as informações em um contexto mais amplo, buscando impactar diretamente os políticos e também os eleitores. Desta forma, constata-se que os veículos jornalísticos não se esforçam para incluir de forma justa e igualitária as mulheres nos assuntos que dizem respeito ao âmbito político, o que reflete a exclusão feminina a evidência do machismo nestas pautas.

Historicamente, as mulheres brasileiras já são normalmente e naturalmente afastadas da política. As primeiras reivindicações de direito ao voto feminino no país se iniciaram por volta do ano de 1870, lideradas por personagens que buscavam, por meio de ações feministas, desvincular as mulheres da ideia de administrar apenas o lar e a família em suas vidas. A pioneira delas, chamada Bertha Lutz (1894-1976) – ativista, educadora, política e cientista brasileira, filha do também cientista Adolfo Lutz - criou um movimento organizado que condensou as ideias e sentimentos das mulheres na época, sensibilizadas por sofrerem discriminação por meio do machismo e costumes.

O principal motivo para que o direito da mulher ao voto tenha enfrentado a resistência do Congresso e da parte mais conservadora da sociedade brasileira foi o argumento de que a família estaria ameaçada, caso a demanda fosse aprovada. Isso porque, para a visão machista da época, a mulher era subordinada ao homem e seu papel era manter o bom funcionamento do lar e da família. (CANTO, 2019, p. 33).

Após a conquista do direito feminino a votar e a ser votada, foi criada uma falsa impressão na sociedade de mudança de comportamento pela mídia nacional, já que as mulheres foram inseridas nesse cenário interpretando um papel direto e importante. Mesmo com o avanço e com os espaços maiores atualmente ocupados, a população feminina segue até hoje à margem dos assuntos políticos veiculados, o que gera cada vez mais desinteresse, dificuldades de compreensão e falta de memória política feminina, impactando diretamente no andamento da política nacional.

Carneiro (2011, p. 13) explica que, estando à margem do tema, o único momento em que as mulheres se sentem eleitoras de fato é no período de eleições, quando são “convidadas” a elegerem um representante. Porém, isso faz com que o compromisso com as urnas seja encarado apenas como um dever, uma obrigação, e não como um direito de cidadãs. Pela problemática em torno da consciência política feminina, as mulheres acabam, automaticamente, utilizando seu poder de voto para servir ao interesse de grupos políticos e econômicos predominantes, além da parcela de população masculina, que não as representam e não lutam por seus direitos como mulheres.

O jornalismo – político ou de qualquer outra especificidade - traz visibilidade a grupos sociais diversos, com discursos políticos também diversos e não generalizados. Por isso, a exclusão de determinado grupo – no caso, o feminino – e suas perspectivas sociais próprias despreza o que este grupo tem de mais significativo e marcante na política: a difícil conquista da participação no meio. Neste caso, a inclusão dessa parcela da sociedade nestes assuntos mostraria reconhecimento por outras formas de comportamento e validação do debate público feminino.

As injustiças, no caso do gênero e, mais especificamente, da participação das mulheres em esferas políticas relevantes, como o parlamento, têm como componente a questão do reconhecimento. Tão central quanto as formas de exclusão socioeconômica que com ela se cruzam, o pouco ou nenhum reconhecimento das mulheres como igualmente capazes de participação na vida pública, pode estar vinculado às várias formas de exclusão e estigmatização da mulher em sociedades estruturadas por hierarquias de gênero. (MIGUEL; BIROLI, 2005, p. 19).

Com isso, conclui-se que os veículos de comunicação na atualidade refletem e seguem o estigma de afastamento e falta de inserção da mulher na política, normalizado historicamente pela

sociedade ao longo do tempo. As conquistas femininas no âmbito político são grandes, significativas e representativas, mas há ainda a percepção de que o eleitorado feminino brasileiro se mantém à margem da participação e inclusão políticas.

O segundo tópico temático da pesquisa bibliográfica a ser desenvolvido nesta pesquisa é “A relevância das mulheres exercendo o papel de eleitoras”.

A primeira Constituição do país, outorgada no ano de 1824 por Dom Pedro I, estabelecia que, nas eleições para escolha dos governos locais, poderiam votar todos os “cidadãos”. O uso dessa palavra não deixava claro se as mulheres da sociedade – portanto, cidadãs – estavam inclusas no processo. Quando o direito ao voto feminino foi conquistado posteriormente, no ano de 1932, restrições claras ainda existiam: apenas as mulheres que eram viúvas ou solteiras e produzissem renda própria poderiam exercer o voto. As casadas, mesmo com renda própria, só poderiam exercer o direito se autorizadas formalmente pelo marido. De acordo com Marques (2019, p.108), esses critérios eram estabelecidos para que a ordem das relações familiares brasileiras não se desestruturasse, considerando as prioridades femininas apenas ligadas ao cuidado da casa, marido e criação dos filhos. As mulheres, na época, eram vistas e consideradas como inferiores, com base em uma teoria que esteve presente no imaginário brasileiro até meados do século XX.

Barbosa e Machado (2012, p.91) explicam: “A teoria da incapacidade da mulher apregoava que as mulheres eram emotivas e instáveis, e sob pressão pública não conseguiam tomar decisões racionais. Esta teoria supunha que a inaptidão feminina na esfera pública era natural e não cultural ou social”.

Essa teoria incentivava e incitava a ideia de que as mulheres não tinham condições mentais e emocionais de definir e estabelecer opiniões políticas, fator que as isolava cada vez mais do assunto. O movimento feminista da época defendia como principais pautas o sufrágio feminino e a emancipação das mulheres, bandeiras diretamente ligadas ao exercício político.

Com a criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, a FBPF, fundada na cidade do Rio de Janeiro em 9 de agosto de 1922, foi formulada uma ideia progressista e revolucionária, resumida em uma espécie de Constituição específica e temática. O artigo 3º tinha como base estabelecer objetivos voltados a diversas áreas da sociedade na vida das mulheres, como educação, segurança, legislação, trabalho, sociabilidade e principalmente a política, que engloba todos os objetivos mencionados anteriormente. Com isso, fica claro o quanto as mulheres tinham

aspirações e vontades voltadas à política, sendo assim extremamente relevantes no papel de eleitoras.

Ativistas dos movimentos de mulheres de muitos cantos do mundo, por exemplo, apontam que legislaturas ocupadas majoritariamente por homens não podem representar devidamente as mulheres. Em resposta a isso, alguns governos têm decretado medidas voltadas a proporcionar maior presença feminina nos órgãos legislativos, geralmente determinando que os partidos incluam uma certa proporção de mulheres nas suas listas de candidatos. (YOUNG, 2006, p. 140).

Apesar de todo este contexto, os direitos de votar e ser eleita ainda não são suficientes para a sociedade compreender a importância das figuras femininas na política, tanto como candidatas, quanto como eleitoras. Em abril deste ano, o artigo 17 da Constituição Federal foi alterado após inserção da Emenda Constitucional 117, que estabelece aos partidos políticos a aplicação de recursos pertencentes aos fundos partidários na promoção da participação das mulheres na política, assim como a distribuição de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e percentual mínimo de 30% do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão para candidaturas de mulheres.

Por fim, o terceiro e último tópico da pesquisa bibliográfica “O eleitorado feminino brasileiro representado nos meios de comunicação” a ser desenvolvido nessa pesquisa é “Como o jornalismo influencia as decisões políticas do eleitorado”.

A mídia nacional atua conjuntamente e diretamente com a democratização da informação, englobando o meio político e sua abordagem no jornalismo. Jornalistas especializados em política necessitam de extremo cuidado e rigor na apuração de temas ligados ao assunto para não interferir na divulgação de ideologias em seu trabalho. Muitos grupos, partidos e líderes políticos mantêm relações estreitas com os veículos comunicativos, o que interfere nos temas que serão publicados e impactarão a opinião pública.

Para Carneiro (2011, p. 5), a associação entre mídia e política cria situações em que o processo do newsmaking - ligado à produção de notícia de forma organizada e selecionada - ajuda a se aproveitar das pautas ou interferir na forma de divulgação, ajudando a tornar os assuntos propositalmente suscetíveis ao esquecimento ou à lembrança frequente.

Ainda, a mídia atua como elemento integrante e essencial no processo democrático, sendo assim um espaço de visibilidade e representação política e social. O papel dos jornais funciona de maneira diferente das assessorias de imprensa e órgãos relacionados ao governo, podendo atuar de forma mais isenta criticamente, com o processo de apuração tendo como prioridade destacar a

informação de maior interesse público, representando a população e seus interesses como sociedade. Os jornais influenciam ativamente também a agenda pública dos próprios políticos:

Essa função de representação influencia na elaboração da agenda pública e no debate político, visto que os representantes eleitos costumam dar prioridade aos assuntos que estão ou podem vir a ser destaque na mídia. Neste sentido, a mídia é um espaço de legitimação do discurso político, de atestado de competência, de criação ou manutenção de capital político. (CANTO, 2019, p. 58).

O meio midiático impacta, inclusive, na entrada de indivíduos ao campo da política com o objetivo de trabalho, pois é principalmente por meio dos veículos de comunicação que o eleitor se informa sobre a política, conhecendo e escolhendo candidatos a cargos públicos. A relação entre imprensa e política é mútua e colaborativa, ajudando no funcionamento de ambas as partes.

Bezerra (2007, p. 21) afirma: “Mídia e política são arenas de poder independentes, mas com entrecruzamentos costumeiros por força das atividades que representam e cujo imperativo denomina-se credibilidade.”

A visibilidade da política gerada pela mídia causa efeitos diretos nas relações entre político e cidadão, no reconhecimento público do líder em questão e no destaque e relevância de um partido político e entre membros do meio. Sendo a mídia uma esfera que produz historicamente hierarquias importantes na sociedade, ela é capaz de representar a diversidade social e a pluralidade de interesses da sociedade, se manifestando por meio da política. Sobre isso:

Nas sociedades contemporâneas, ela é, em suas diferentes manifestações, o mecanismo mais importante de difusão de conteúdos simbólicos. Na forma do jornalismo, desempenha a função de reunir e difundir as informações consideradas socialmente relevantes. O público é um conjunto de consumidores de informação. (MIGUEL, 2008, p. 15).

O material publicado ganha status público e valor social, tocando questões ligadas à pluralidade jornalística. Antes do desenvolvimento da mídia como a conhecemos na atualidade, os líderes políticos eram ocultos para as pessoas governadas por eles, podendo até limitar suas aparições públicas a grupos selecionados específicos, de interesse próprio.

Canto (2019, p. 29) afirma: “A administração da própria imagem faz parte da arte da política desde o seu surgimento, no entanto, ela era feita à distância, pois, na maior parte das vezes, as pessoas não viam os líderes políticos pessoalmente”.

O cuidado com a imagem política existe desde a construção da mesma, mas a exposição dos personagens que compunham o cenário não era tão clara para a população. A partir do século

XIX, a boa administração da visibilidade pública se tornou uma preocupação constante, visto que o público se tornou receptor atento e direto de mensagens mediadas pela mídia, tendo acesso imediato às atividades políticas nacionais e mundiais. Também passaram a ser fundamentais para o líder político o cuidado com o aspecto visual, aparência e formas de se comportar.

Considerações finais

Além de ter o poder de informar objetivamente os acontecimentos eleitorais e políticos tendo grande influência sobre as decisões do meio, o jornalismo detém o controle de produção e difusão da informação em grande escala sobre o assunto, conseguindo interferir diretamente no que o eleitor consome e compreende sobre determinado político e sobre os acontecimentos, fazendo com que os resultados dos processos políticos variem e sofram interferência. Com isso, é possível compreender que a mídia influencia no consumo e opinião da população, além das decisões tomadas no âmbito político.

O jornalismo se mostra cada vez mais importante como ferramenta para ampliar a voz de diversos grupos sociais e fazer com que se sintam parte da sociedade, mostrando suas lutas e seu papel. O jornalismo político é uma prática que conecta a sociedade, mas, no que diz respeito às mulheres brasileiras como maioria do eleitorado brasileiro, há uma falha.

As mulheres já avançaram muito em suas conquistas políticas e legislativas, mas falta espaço no jornalismo que, por ser muito influente no cenário político, acaba mantendo as mulheres à margem do tema e afastando essa parcela da sociedade de assuntos tão importantes. Essa representação escassa faz com que a sociedade também não valorize o eleitorado feminino e suas decisões. As próprias eleitoras acabam não compreendendo a política e não participando dela.

Cook (2011, p. 203), afirma: “O jornalismo deve ser considerado não só como uma instituição, mas também como instituição política; em outras palavras, os jornalistas são atores políticos”. Atualmente, o papel exercido pelos jornais acaba ampliando o alcance de quem já detém o poder político – os próprios políticos – errando em não retratar com a devida importância as parcelas do eleitorado que é, de fato, quem determina os resultados.

A metodologia utilizada para desenvolver esta pesquisa individual funcionou de forma satisfatória, unindo a análise de textos bibliográficos baseados no assunto com conceitos jornalísticos. Ficou clara a importância de se ler os textos com atenção e executar os fichamentos, que serviram para melhor organização e classificação dos temas mencionados em cada tópico bibliográfico.

Considerando isso, fica evidente que os veículos jornalísticos precisam aprimorar a maneira de se cobrir o eleitorado feminino, mostrando sua importância, relevância e colaborando para que essa parcela da população se sinta inserida na sociedade e crie uma maior consciência política, podendo, assim, contribuir de forma mais igualitária e inclusiva para a população.

Referências Bibliográficas

BARBIERI, Y. L. **Coisa de Mulher**: Série de Reportagens sobre a representação da mulher na política brasileira como instrumento de mudança social. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2017.

BARBOSA, E. M.; MACHADO, C. J. S. Gênese do Direito ao Voto Feminino no Brasil: Uma análise jurídica, política e educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.12, n.45, p. 89-100, 2012.

BEZERRA, H. D. **Mídia e Política**: amigos ou inimigos... eis a questão. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2007.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CANTO, A. B. **Mídia e Desigualdade de Gênero na Política**: a Invisibilidade Feminina na Cobertura Política do Telejornalismo. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CARNEIRO, E. A. M. A Desinformação e o Afastamento do Eleitorado Feminino sobre os Assuntos Políticos de Repercussão Nacional. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, XIII., 2011, Maceió. **Anais** [...] Pernambuco: Intercom, 2011.

COOK, T. E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 203-247, julho-dezembro de 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/pj7NTsz4Qxsj8wrDLqv7QDS/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 10 out. 2022.

MARQUES, T. C. N. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2019.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Gênero e política na mídia brasileira. **Revista Famecos**, São Paulo, v.36, p. 1-47, 2008.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <[SciELO - Brasil - Representação política, identidade e minorias](#)
[Representação política, identidade e minorias](#)> . Acesso em: 15 out. 2022.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

FACULDADE DE JORNALISMO

LETÍCIA FRANCO TOMAZI

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO JORNALISMO BRASILEIRO

CAMPINAS

2022

LETÍCIA FRANCO TOMAZI

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO JORNALISMO BRASILEIRO

Relatório individual de pesquisa apresentado à disciplina METODOLOGIA E PESQUISA APLICADA EM JORNALISMO (TCC) da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas como exigência final para aprovação na referida disciplina, sob orientação do Prof. Me. Marcel José Cheida

PUC- CAMPINAS

2022

Introdução

O primeiro Código Eleitoral (decreto nº 21.076) promulgado em 1932 pelo governo provisório de Getúlio Vargas estabeleceu o ingresso do público feminino na política, tanto como eleitorado quanto para candidaturas. Esses direitos foram assentados em bases constitucionais na segunda Constituição da República, no ano de 1934.

Após 90 anos dessa conquista, dados da Justiça Eleitoral¹ mostram que o eleitorado feminino superou o masculino nos pleitos de 2018 e em 2020, representando 52,50% dos eleitores. No entanto, as mulheres são minoria em todos os postos desde o início da participação. Nas eleições municipais de 2020 e federais de 2018, as mulheres correspondiam a 15,80% e 16,11% dos eleitos, respectivamente.

Diante da desigualdade de gênero na política, que apresenta baixa presença feminina, este relatório de pesquisa se dedica a compreender a representação de mulheres que detém cargos políticos no jornalismo brasileiro. Segundo Miguel (2002), a imprensa é um fator central da vida política contemporânea e que tem poder, através de sua influência na sociedade, de reorganizar o jogo político. A partir dessa afirmação do cientista político, entende-se que o noticiário é um meio importante de disseminação de informações relacionadas à participação das mulheres na política.

Neste relatório, a representação política feminina no noticiário brasileiro é compreendida por meio de estudos que abordam a editoria de política e a sua influência, a predominância masculina na política e no jornalismo, e as características da cobertura jornalística em relação às mulheres ocupam espaços nos poderes Legislativo ou Executivo.

Para isso, o relatório de pesquisa faz uso de revisão bibliográfica, que o professor Antônio Carlos Gil descreve no livro “Como elaborar projetos de pesquisa” como uma metodologia “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Portanto, compreende-se que esse tipo de pesquisa deve ser embasado em livros, artigos, dissertações ou teses que se relacionam com o objeto estudado, contribuindo para a discussão em torno dele.

¹ Disponível em: <<https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

Assim, a metodologia foi aplicada ao construir os tópicos de revisão bibliográfica, os quais são frutos de uma gama ampla de informações a respeito do tema, com uma pluralidade de autores e ideias que se debruçam na percepção do jornalismo, da política e de gênero. Os livros e artigos científicos utilizados fazem parte de um conjunto de obras já lidas durante o curso de jornalismo e por outras que foram selecionadas através de indicações do professor orientador e de pesquisas no Google Acadêmico.

De acordo com Pádua (2019), embora tenha a necessidade de uma abordagem instrumentalista, a pesquisa bibliográfica não pode ser realizada de forma acrítica e reducionista. Em vista disso, houve a compreensão de todo o processo como uma área histórica e complexa, a qual foi atingida por discussões com o orientador, leitura de notícias e reportagens que retratam o tema na atualidade e, sobretudo, com a análise das obras citadas.

Revisão Bibliográfica

O jornalismo político e sua influência

A atividade jornalística consiste em apurar, produzir e divulgar informações que afetam a sociedade em algum grau, seja no âmbito da saúde, nos campos político, econômico, cultural, esportivo, dentre outros. Para identificar o papel e a atuação da imprensa na política, objeto de estudo da pesquisa, parte-se do trabalho desenvolvido pelo professor Murilo Soares. Em “O papel do jornalismo na política democrática”, Soares (2008) descreve o jornalismo como uma instituição política da sociedade civil, a qual configura-se como criação da esfera pública e independente do Estado.

[...] o jornalismo apresenta a peculiaridade de ser uma instituição política da sociedade civil, ou seja, independente do Estado, instrumento de expressão e de criação de uma esfera pública. Como consequência, é preciso reconhecer que a instituição jornalística será marcada pelas divisões e conflitos próprios da sociedade civil, em especial os que se travam, ainda que por meios econômicos, legais e simbólicos, entre as classes sociais (SOARES, 2008, p. 02).

Soares (2008) afirma que o jornalismo, enquanto instituição da sociedade civil, mantém distanciamento e independência do poder político, mas que o ofício foi de certa forma moldado por interesses políticos. O meio jornalístico e a política

estão correlacionadas por fatores históricos que as aproximam, portanto, não é possível dizer que não existe ligação entre os dois poderes. O livro “A Reportagem”, do jornalista Nilson Lage, aborda os elementos que fazem parte da construção desse conteúdo, e nele, Lage (2001) descreve que, por muitas décadas, o jornalista foi um publicista, de quem se esperavam orientações e interpretações políticas. Ou seja, se tratava de uma conduta mais opinativa e parcial em relação ao cenário político.

Martins (2005) analisa a parcialidade das manchetes dos jornais na disputa eleitoral entre Getúlio Vargas e brigadeiro Eduardo Gomes, em 1950, que revela preferência do Estado de S.Paulo e Correio da Manhã por Gomes. Porém, segundo Martins (2005), a falta de um público partidariado e a diminuição nas vendas de exemplares obrigou a imprensa a ter mais notícias e menos opinião, respeitando pluralidade do leitor.

Ainda segundo o autor, a mudança na cobertura pode ser constatada em matérias sobre a disputa presidencial de 2002, entre o ex-presidente Lula e o então candidato José Serra. Martins (2005) afirma que a cobertura foi caracterizada por tom neutro, focado na campanha, nas pesquisas, no mercado e principalmente nos desdobramentos da eleição, diferentemente das antigas abordagens jornalísticas.

Embora o jornalismo busque uma atuação neutra em virtude dos fatores citados anteriormente, a editoria de política não pode ser apenas noticiosa. Lage (2001, p. 50) explica que “em política quanto em esporte, cada acontecimento pressupõe algo exterior a ele e que lhe dá sentido”. Martins (2005) também ressalva que, em política, a informação factual é acompanhada de análises e interpretações.

Na maioria dos casos, não basta apenas dar a notícia, ou seja, transmitir a informação factual mais recente. É necessário qualificá-la, relacioná-la com outros fatos, explicar suas causas e avaliar suas possíveis consequências. Em suma, é preciso entregar aos leitores não apenas a notícia, mas também o que está por trás e em volta da notícia. Dito de outra forma, é preciso explicar, analisar, interpretar o que aconteceu (MARTINS, 2005, p. 21).

Essas análises consistem em contextualizar especialmente as entrevistas, que de acordo com Lage (2001), são a base da reportagem política. Dessa forma, as análises e as entrevistas podem ser consideradas pilares do jornalismo político, capazes de influenciar o público. Por isso, é importante compreender como a imprensa aborda os agentes políticos e, para Miguel (2002), isso não acontece de

maneira uniforme, e os efeitos da mídia mudam segundo a posição dos agentes no campo político e o volume de capital simbólico que cada um possui nesta midiaticização. A presença deles na imprensa é vista como fundamental para suas ascensões no meio político, pois o autor afirma que “quanto mais elevadas as posições de poder que se pretende alcançar, maior a necessidade de visibilidade nos meios de comunicação” (MIGUEL, 2002, p. 180). Isso revela o papel influente do jornalismo, o qual pode causar intervenções no campo político a partir dos assuntos e indivíduos selecionados.

Miguel (2002) também identificou que o poder de definição da agenda pública transforma os meios de comunicação em uma forma de representação política. Podemos observar que as pautas consideradas importantes são concebidas pela visibilidade midiática dada a determinado assunto, seja no debate político ou fora do período eleitoral.

Ainda acerca da relevância do jornalismo no cenário político, Lage (2001) explica que matérias de política impactam de imediato e no futuro, na vida e na produção de juízos de valor pelos cidadãos. Isso porque “o jornalismo pauta as questões para outros atores sociais, geralmente a opinião pública” (SOARES, 2008, p. 14). Em vista disso, percebe-se que o jornalismo não é neutro em relação à política. A partir da agenda pública, ou seja, do poder de definição das pautas relevantes para a sociedade, a imprensa exerce sua influência de alterar a esfera política e influir os seus agentes.

Predominância masculina na política e no jornalismo

A trajetória da mulher na sociedade brasileira é marcada pelo machismo estrutural que, segundo Coelho e Baptista (2009), atribuiu à mulher funções do domínio privado, como cuidados da casa e dos filhos, fomentando a predominância do homem em espaços públicos e em pautas de desenvolvimento, como a política.

Essas condições refletiram na tardia inserção das mulheres na política, que conquistaram o direito de votar e serem votadas durante o governo de Getúlio Vargas, no ano de 1932. Vale mencionar que a vitória pode ser atribuída ao movimento sufragista no Brasil, um grupo que lutava pela obtenção de direitos políticos para a população feminina. Sendo assim, apesar do êxito, o acesso atrasado desse público no âmbito político explica, de certo modo, a predominância dos homens no espaço de poder desde o início até os dias atuais.

Dados da Justiça Eleitoral revelam a dominação masculina no cenário político nacional: os homens representam 84,2% dos eleitos no pleito municipal de 2020 e 83,89% nas eleições federais de 2018. Diante disso, pode-se observar que trata-se de uma grande discrepância de gênero no meio político, com larga vantagens para os homens.

Em sua dissertação de mestrado, Silva (2010) afirma que a desigualdade de gênero da sociedade brasileira favorece aos homens e que ela não é sentida apenas no espaço político, mas também em outras esferas.

As distinções de gênero não raro se transformam em relações desiguais entre o masculino e o feminino em todos os campos da vida social: nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas práticas sociais, nas famílias, e até mesmo nas notícias, como veremos mais adiante. É a partir dos símbolos culturais hegemônicos, produzidos nas instâncias de poder, que se operam os sentidos entendidos como legítimos sobre o que significam masculino e feminino, indicando, também, os lugares sociais destes (SILVA, 2010, p. 50).

Silva (2010) ainda complementa que a desigualdade de gênero na atividade jornalística se inicia nas faculdades, pois, lida-se com um conhecimento historicamente produzido pelos homens. Ou seja, a cultura considerada machista, que colocou a mulher na condição de realizar somente serviços do lar, enquanto os homens foram destinados para o setor público, influenciou todas as esferas sociais, porque eles formaram os espaços a partir das suas próprias ideias e demandas, sem considerar a presença das mulheres.

Além serem detentores do conhecimento produzido e transmitido nas escolas de ensino, os homens também têm vantagens no que diz respeito aos profissionais que ocupam as redações jornalísticas e, nesse caso, a editoria de política, que se configura como uma das principais frentes da imprensa. Miguel e Biroli (2008) constataram que os repórteres de televisão do sexo masculino representavam 40,6% das inserções em matérias de política, contra 27,2% das repórteres mulheres.

Miguel e Biroli (2008) também mostraram que quando se trata das personagens das reportagens, a diferença ainda é mais gritante. Em média, são mais de seis homens para cada mulher. Portanto, a predominância masculina que se inicia nas faculdades e que passa pelos profissionais área, pode afetar até mesmo a pluralidade de vozes em reportagens, pois limita as diferentes representações no meio e mantém

a mesma visão de mundo. Como uma maneira de expor e até modificar esse cenário, Miguel e Biroli (2010) defendem a necessidade de incluir indivíduos de diferentes grupos sociais no meio jornalístico.

A incorporação de perspectivas diferenciadas convive com a reprodução de concentração de poder que caracteriza esses campos, mas impõe novos desafios às formas como essa reprodução se dá. A afirmação da pluralidade social ou a defesa da ampliação das perspectivas sociais presentes não encerra, portanto, nenhuma panaceia, mas expõe os limites da crítica pluralista e das representações da pluralidade presentes no discurso jornalístico (MIGUEL; BIROLI, 2010, 73).

Ainda de acordo com Miguel e Biroli (2010), a importância de mudar o modelo sexista presente na atividade jornalística também está na descentralização dos discursos políticos, que dessa forma poderiam ser mais imparciais. Já que, segundo Martins (2005), os veículos jornalísticos são palcos de intensa luta política, nos quais ministros, parlamentares e outras autoridades buscam espaço em alguma matéria. Sendo assim, a predominância masculina entre os profissionais da imprensa pode gerar uma escolha de fontes e discursos políticos que privilegiam os homens, visto que eles já representam a maioria na própria política e isso pode colaborar para a naturalização da ausência feminina no espaço de poder e em matérias jornalísticas, seja como repórter, apresentador ou fonte de uma reportagem.

Características da presença política feminina no jornalismo

Dita neste relatório de pesquisa a importância do jornalismo no cenário político, sendo capaz de impactar a vida dos cidadãos, inclusive na produção de juízos de valor, pode-se partir para a percepção da abordagem jornalística em relação as políticas mulheres eleitas para representar a população nos espaços de poder.

Para Biroli (2011), os meios de comunicação são campos em que estão em disputas representações distintas da realidade, especialmente a validação de valores e julgamentos. Com base nesse poder de legitimação, compreende-se que a imprensa se configura como um espaço significativo de propagação de discursos e com potencial de naturalizá-los.

Antes de adentrar na reprodução de estereótipo, se faz necessário identificá-lo. Na obra “O estereótipo e as diversidades”, Baccega (1998) explica que esse conceito se manifesta sob a forma de elementos valorativos, que influenciam o

comportamento e trazem juízos de valor pré-concebidos e preconceitos. E esses estereótipos sociais, se reproduzidos pela imprensa, podem colocar em vantagem determinadas visões de mundo, referida sua importância.

Os estereótipos aparecem como uma dimensão da imposição, pelos grupos e estratos de grupos dominantes, de sua visão de mundo. E a mídia aparece como um instrumento central de sua propagação. Nesse caso, a relação entre conhecimento e superação dos preconceitos fica comprometida pelo fato de que o controle das informações e mesmo a produção da verdade (do que é assim apresentado e poderá ser assim percebido) estão no centro da dinâmica de dominação (BIROLI, 2011, p. 73).

Ainda segundo Biroli (2011), os noticiários, além de difundir os estereótipos, dada sua centralidade na construção do ambiente social contemporâneo, colaboram, cotidianamente, para a sua naturalização. A cultura machista presente na imprensa reduz o público feminino aos estereótipos já conhecidos socialmente.

Parte ampla da crítica feminista aos vieses de gênero na mídia pode ser considerada como um exemplo dessa visão. Isso se dá, sobretudo, quando as análises enfocam a naturalização do pertencimento da mulher à esfera privada e dos arranjos familiares que o justificam e reforçam, assim como o destaque dado ao corpo e à aparência física das mulheres (BIROLI, 2011, p. 74).

Além dessas análises que associam as mulheres à aparência física e esfera privada, em um estudo do corpo feminino na imprensa, Mazer (2013) reflete a sub-representação das mulheres até mesmo nas fotografias jornalísticas, atrelando-as em pautas de celebridades, televisão e música.

A sub-representação feminina no noticiário jornalístico pode ser considerada ainda mais evidente na editoria de política, como reflexo do próprio setor. Dados já citados anteriormente mostram que a desigualdade de gênero é predominante na política brasileira. Segundo levantamento realizado pela União Interparlamentar, organização internacional responsável pela análise dos parlamentos mundiais, e divulgado no final de 2021², dentre 192 países, o Brasil ocupa a 142ª posição do ranking de participação de mulheres na política nacional.

² Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/brasil-e-142o-no-ranking-de-participacao-de-mulheres-na-politica.shtml> >. Acesso em: 18 maio 2022.

Depois de uma ampla amostra de revistas e telejornais brasileiros, Miguel e Biroli (2008) concluíram os meios de jornalísticos realimentam a baixa representativa e os estereótipos estabelecidos na política, o que dificulta ainda mais a inserção feminina nesse âmbito.

Além dos desafios de concorrer e se eleger, as mulheres enfrentam dificuldades específicas para ascender às posições centrais do campo político. A sobrevivência de estereótipos de gênero constrange sua ação política e a visibilidade desta ação no noticiário jornalístico, num processo que se realimenta. Isto é, o âmbito considerado “próprio” para a política feminina é também aquele que menos impulsiona as carreiras políticas e que possui menor visibilidade na cobertura jornalística da política (MIGUEL; BIROLI, 2008, p. 24).

Segundo Miguel (2002), a imprensa é encarada como um elemento que amplia o acesso aos agentes políticos e seus discursos. Sob esse ponto de vista, ao reproduzir os estereótipos e a ausência feminina existentes campo político, os noticiários impactam, negativamente, as mulheres enquanto políticas e o olhar da sociedade a elas.

No artigo “Mídia e representação política feminina”, Miguel e Biroli (2009), analisam que, a desigualdade de gênero é ainda mais acentuada nos noticiários do que na Câmara e no Senado, de forma a causar constrangimentos neste público.

Biroli (2010) debruçou a estudar a presença da política mulher nas revistas semanais Veja, Época e Carta Capital e constatou que a cobertura é concentrada em poucos nomes e vinculadas a temáticas de menor prestígio político. Outra característica apontada por Biroli (2009) é o destaque que os noticiários dão a aparência física e a vida privada das mulheres que detêm cargos políticos. Isso reproduz e realimenta, mais uma vez, a cultura machista da sociedade.

Considerações finais

Compreendemos que o jornalismo se configura como um elemento importante na vida dos cidadãos, sendo capaz de pautar questões para outros atores sociais a partir do poder de definição das pautas mais importantes para o público. Ao adentrarmos no segmento de política, observamos claramente a relevância e a influência do jornalismo no espaço de poder, pois assim como esse ambiente, a atividade jornalística, por ter um papel ativo na sociedade, se transforma em um palco de disputa entre os agentes políticos e os discursos que os rodeiam.

Também podemos perceber que a editoria política, além de influente socialmente e muito disputada pelos agentes do jogo político, é acompanhada de análises e interpretações dos acontecimentos noticiosos. Ou seja, embora a imparcialidade seja um pilar da ética jornalística, não existe neutralidade da imprensa em relação ao cenário político.

Como uma instituição da sociedade civil, o jornalismo apresenta características presentes nela e, neste relatório, aprofundamos a questão do machismo. Encarando o preconceito de maneira estrutural, o qual foi introduzido pelo mundo ocidental por meio de atitudes que excluíram a mulher dos ambientes decisórios, diversas partes que compõem a sociedade foram pensadas e produzidas por homens. Podemos constatar que isso contribuiu para a dominação masculina não somente na política, mas no campo jornalístico, que sofre com essa predominância desde as escolas de ensino até a seleção de fontes para as reportagens.

A representação das mulheres que detêm cargos políticos no jornalismo brasileiro, portanto, se assemelha à desigualdade de gênero vista no espaço de poder e às características machistas, como a reprodução de estereótipos presentes em todo corpo social, sobretudo, na carreira política. Descobrimos neste relatório de pesquisa que a atividade jornalística corrobora para a exclusão feminina nessa esfera, visto que ao reproduzir estereótipos e dar espaços noticiosos de menos prestígios a elas, o jornalismo realimenta o problema em torno da baixa representatividade e invisibilidade feminina na organização política.

Todos esses aspectos foram contemplados com a metodologia de revisão bibliográfica, que permitiu estudar a representação política feminina no jornalismo a partir de obras já lidas durante o curso e da escolha de outras que abordavam especialmente a relação entre jornalismo, política e gênero. A leitura de artigos da cientista política Flávia Biroli, principal pesquisadora atual sobre mídia, mulher e política, contribuiu para uma ampla compreensão desse universo, revelando que estamos longe de conquistar a paridade de gênero, seja na política ou no jornalismo.

Portanto, entendemos que o jornalismo deveria contribuir para a disseminação e o debate em torno das mulheres e das políticas femininas. Um caminho para isso é a inserção de diferentes grupos sociais na produção de informação, pois cada indivíduo carrega pré-conceitos e, dessa forma, haveria a descentralização de um único grupo, no caso os homens, e conseqüentemente em mais visões e vozes em matérias. A discussão em torno dessa e de outras possibilidades de solução não foi

desenvolvida a fundo neste relatório, pois nos dedicamos a entender o cenário. Porém, esse aspecto pode ser aprofundado em uma nova pesquisa, com o objetivo de compreender ainda mais os fatores envolvidos na representação política feminina no jornalismo e os caminhos para melhorá-la.

Referências bibliográficas

BACCEGA, M.A. **O estereótipo e as diversidades**. São Paulo: Comunicação & Educação (3), 1998.

BIROLI, F. **Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos**. Campinas: Cad. Pagu, 2010.

BIROLI, F. **Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico**. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política Nº6, 2011.

BIROLI, F. Perspectivas sociais, corpo e diferença: apontamentos para a análise das relações entre mídia, gênero e pluralidade social. COMPOLÍTICA, 3., 2009, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo, Compolítica, 2009.

BRITO, G.; CHOI, V.; ALMEIDA, A. **Manual ABNT: regras gerais de estilo e formatação de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: FECAP Biblioteca, 2014

COELHO, L.; BAPTISTA, M. **A história da inserção política da mulheres no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público**. Florianópolis: Revista Psicologia Política, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

Justiça Eleitoral. **TSE mulheres**. Disponível em: <<https://www.justicaeeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

MARTINS, F. **Jornalismo Político**. São Paulo: Contexto, 2005.

MAZER, D. H. **Impressões do corpo feminino: reificação e representação da mulher na imprensa**. Santa Cruz do Sul: Intercom, 2013.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística**. Brasília: Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 25, 2010.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Gênero e política no jornalismo brasileiro**. Revista Famecos Nº 36, 2008.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa**. Campinas: Opinião Pública, 2009.

MIGUEL, L. F. **Os meios de comunicação e a prática política**. São Paulo: Lua nova Nº 55-56, 2002.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Papyrus Editora, 2019.

SEABRA, C.; MISSIONEIRO, M. Brasil é 142º no ranking de participação de mulheres na política. **Folha de S. Paulo**, Rio de Janeiro, 22 nov. 2021. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/brasil-e-142o-no-ranking-de-participacao-de-mulheres-na-politica.shtml> >. Acesso em: 18 maio. 2022.

SILVA, M. V. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SOARES, M. C. O papel do jornalismo na política democrática. ENCONTRO ANUAL DE ANPOCS, 32., 2008, Caxambu/MG. **Anais** [...] Carambu/MG, GT: Democracia, Comunicação Política e Eleições, 2008.